



64ª Assembleia Geral Ordinária

Proposta da Administração

Sumário Executivo

1. Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária para o dia 24 de março de 2017.....	03
2. Informação sobre a Remuneração dos Administradores	05
3. Proposta aos acionistas sobre a remuneração dos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal	19
4. Proposta aos acionistas sobre a fixação dos valores a serem alocados ao FUNDECI e ao FDR	21
5. Parecer do Conselho Fiscal sobre distribuição de Juros sobre Capital Próprio	22
6. Proposta aos acionistas sobre a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2015, constituição de reservas legal e estatutária e distribuição de Juros sobre o Capital Próprio	23
7. Informações sobre os candidatos indicados para membros do Conselho de Administração.....	29
8. Informações sobre os candidatos indicados para membros do Conselho Fiscal.....	36
9. Comentário dos Diretores sobre a situação financeira da companhia	44



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 64ª ASSEMBELIA
GERAL ORDINÁRIA – AGO DO BANCO DO
NORDESTE DO BRASIL S.A.**

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
CNPJ Nº 07.237.373/0001-20 NIRE: 23300006178

Companhia Aberta
Assembleia Geral Ordinária
Edital de Convocação

São convidados os Senhores Acionistas do Banco do Nordeste do Brasil S.A. a participarem, em primeira convocação, da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 24 de março de 2017, às 14:30 horas, no mini-auditório do Centro de Treinamento de sua sede, na Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Passaré, CEP 60.743-902, Fortaleza-CE, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Assembleia Geral Ordinária:

(1) tomar conhecimento do Relatório da Administração e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, com os pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente e resumo do relatório do Comitê de Auditoria relativos ao exercício social findo em 31/12/2016; (2) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2016, constituição de reserva legal e estatutária e distribuição de juros sobre o capital próprio; (3) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; (4) eleger os membros do Conselho de Administração; (5) fixar a remuneração dos membros da Diretoria, dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitê de Auditoria; (6) fixar valores a serem alocados ao FUNDECI e FDR.

Instruções gerais:

1. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede deste Banco do Nordeste do Brasil S.A, no Gabinete da Presidência, Bloco B2 subsolo, preferencialmente, até 24 horas antes da realização da Assembleia. Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à Assembleia munidos dos documentos hábeis de identidade.
2. Os membros indicados para os Conselhos de Administração e Fiscal deverão atender aos requisitos constantes na Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e no Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, bem como não poderão estar enquadrados em nenhuma das vedações previstas nos mesmos dispositivos legais.
3. Os acionistas minoritários poderão encaminhar previamente à data da realização da Assembleia, à sede do Banco do Nordeste, Gabinete da Presidência, Bloco B2 subsolo, os nomes dos membros indicados para os Conselhos de Administração e Fiscal, como seus representantes, juntamente com os formulários padronizados constantes no *link* <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresasestatais/publicacoes>, devidamente

preenchidos e assinados, bem como a respectiva documentação comprobatória das informações, para fins de verificação do atendimento das condições e requisitos previstos na forma da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, pela comissão de elegibilidade do Banco do Nordeste do Brasil. Será rejeitado o formulário que não estiver acompanhado dos documentos comprobatórios, conforme estabelece o §2º, do art. 30, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. O indicado também deverá apresentar declaração de que não incorre em nenhuma hipótese de vedação, nos termos do formulário padronizado, conforme dispõe o §3º, do art. 30, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. Caso não sejam submetidos antecipadamente à comissão de elegibilidade na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e no Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, referidos formulários e documentos serão verificados pela secretaria da Assembleia no momento da eleição, nos termos do Artigo 22º, § 4º, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. Conforme dispõe o *caput* do art. 30, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, os requisitos e as vedações para administradores e Conselheiros Fiscais são de aplicação imediata e devem ser observados nas nomeações e nas eleições.

4. Os documentos relacionados às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia Geral Ordinária, encontram-se à disposição dos acionistas na sede do Banco do Nordeste do Brasil S.A, no Ambiente de Mercado de Capitais, Bloco D2 superior, onde poderão ser consultados em dias úteis, no horário das 10:00 às 16:00 horas e no site da CVM (www.cvm.gov.br) .

5. Eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários poderão ser obtidos junto ao Ambiente de Mercado de Capitais, por meio dos telefones (85) 3299-5049 ou (85) 3251-5362.

Fortaleza, CE, 13 de fevereiro de 2017.

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Presidente do Conselho de Administração

**64^a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS –
REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES
INFORMAÇÕES – ANEXO 24, Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009.
ITEM 13 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES:**

2324

Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos²⁵

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Remunerar adequadamente os administradores, de forma compatível com o seu mercado e com as disponibilidades da empresa, observando os limites fixados pelo Órgão controlador, por se tratar de empresa de economia mista com controle acionário do Governo Federal.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Há cinco colegiados estatutários, responsáveis pela administração, fiscalização e assessoramento da empresa, remunerados na forma a seguir:

DIRETORIA EXECUTIVA (Presidente e Diretores):

- Honorários – verba representativa do pró-labore;*
- Adicional de Férias – destina a atender o teor do inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal;*
- Auxílio Alimentação – verba destinada a subsidiar a alimentação do trabalhador;*
- Seguro de Vida – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente na apólice de seguro de vida em grupo substabelecida pela empresa para todos os trabalhadores;*
- Assistência Médica e Previdenciária – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente em plano de assistência médica ou de previdência mantido pela empresa;*
- Auxílio Moradia – verba destinada ao ressarcimento de aluguel de imóvel residencial para os dirigentes não proprietários de imóveis no município sede da empresa.*
- Remuneração Variável Anual (RVA) – é prevista no Estatuto da empresa, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembleia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à diretoria estatutária.*
- INSS – contribuição patronal para a Previdência Social.*
- FGTS – contribuição patronal para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, recolhida em conta vinculada em favor do dirigente.*
- Remuneração por impedimento (quarentena) - pagamento de Honorários, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva,*

²⁵ As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

dependente de aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR;

- *Auxílio Transferência - corresponde à Ajuda de Custo no início e no final do mandato , para os membros da Diretoria Executiva que antes de iniciarem seus mandatos residam fora da sede do Banco e para lá retornem ao final deste, conforme assegurado na Resolução 2.565, de 21/05/1973, da Diretoria do Banco.*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL:

- *Honorários – destina-se a remunerar a participação dos conselheiros em reunião mensal desses colegiados.*

COMITÊ DE AUDITORIA:

- *Honorários – destina-se a remunerar o trabalho dos membros do comitê por seu assessoramento permanente ao Conselho de Administração; e*

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO:

- *Não há previsão, no Estatuto da empresa, de remuneração para este Comitê.*

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Proporção de cada parcela na remuneração total por órgão.

Remuneração	Proporção (%)
DIRETORIA EXECUTIVA (I)	100,0000
remuneração fixa	70,6546
Honorários	50,5209
Gratificação Natalina	4,2511
Adicional de Férias	0,7515
Abono Pecuniário de Férias	0,8629
Auxílio Alimentação	1,1821
Seguro de Vida	0,0519
Auxílio Moradia	0,4070
INSS	9,1552
FGTS	3,4720
remuneração variável	12,8401
Participação nos Resultados (Remuneração Variável Anual -RVA)	12,8401
benefícios pós-emprego	3,2951
Caixa Médica e de Previdência	3,2951
benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	13,2102
Quarentena	5,8026
Auxílio Transferência	7,4076
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)	100,0000
Honorários	100,0000
CONSELHO FISCAL (III)	100,0000
Honorários	100,0000

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Limite Global de Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva é definido anualmente, por proposta do Órgão controlador, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, para vigor de Abril do ano corrente a Março do ano seguinte. A remuneração do Conselho Fiscal não está incluída no Limite Global. Abaixo, a descrição da metodologia de cálculo e de reajuste de cada elemento da remuneração.

- *Honorários – definida anualmente, a partir de proposta do Órgão controlador da empresa em voto do seu representante na Assembleia Geral.*
- *Adicional de Férias – acréscimo de um terço ao valor dos honorários devidos quando das férias remuneradas dos diretores.*
- *Abono Pecuniário de Férias – correspondente a um terço dos valores pagos a título de férias.*
- *Auxílio Alimentação – valor fixado pelo Órgão controlador, anualmente.*
- *Seguro de Vida – 50% (cinquenta por cento) do prêmio total, calculado atuarialmente.*
- *Assistência Médica e Previdenciária – no caso da assistência médica, à base de 1,5% (um e meio por cento) do valor dos honorários, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da contribuição devida. Para a previdência, podem ser ressarcidos 50% (cinquenta por cento) da contribuição vertida pelo dirigente a plano a que esteja associado, fora da empresa ou ao plano de previdência patrocinado pelo Banco aprovado em 26/03/2010 pela PREVIC.*
- *Auxílio Moradia – valor do aluguel, limitado a R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), na forma do Decreto 3.255, de 19/11/1999.*
- *Remuneração Variável Anual (RVA) – O valor é definido pelo órgão controlador, que a submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, a cada ano. A distribuição obedece ao alcance de metas corporativas (definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício), individuais e por diretoria específica, exigindo-se o alcance mínimo de 80% de cada indicador. Os indicadores e as metas para 2014, que balizam a distribuição, estão registradas no Item 13.1 “c”*
- *INSS – calculada sobre a remuneração de incidência (Honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), com base na aplicação de percentuais definidos na Lei 8.212.*
- *FGTS – calculada sobre a remuneração de incidência (Honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), à base de 8%, conforme art. 16 da Lei 8.036/90, de 11/05/1990.*
- *Remuneração por impedimento (quarentena) – pagamento de Honorários, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva, por até 6 meses, conforme Lei 12.813, de 16/05/2013.*
- *Auxílio Transferência – corresponde à Ajuda de Custo no início e no final do mandato, igual a duas vezes o valor dos Honorários.*

razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do conselho de administração, da diretoria executiva e do conselho fiscal tem sua composição definida pelo órgão controlador, que a submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração do comitê de auditoria é definida no Estatuto Social da empresa e no regimento interno desse comitê. Não há previsão, no Estatuto da empresa, de remuneração para o comitê de remuneração.

iv. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A remuneração dos membros do conselho de administração, da diretoria executiva, do conselho fiscal e do comitê de auditoria é de responsabilidade do emissor, definida no Estatuto Social da empresa. Não há previsão, no Estatuto da empresa, de remuneração para o comitê de remuneração, por se tratar de prática do mercado.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há programa de remuneração do conselho de administração, do conselho fiscal ou do comitê de auditoria baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período, a partir do planejamento estratégico empresarial. O comitê de remuneração não tem previsão estatutária de qualquer tipo de retribuição.

A diretoria executiva percebe Remuneração Variável Anual, a depender do alcance de metas por indicadores. O programa de 2016, para distribuição em 2017, prevê 3 níveis de avaliação, a saber:

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL (Peso 0,10):

Presidente: avaliado pelo Conselho de Administração ; e demais Diretores: avaliados pelo Presidente.

AVALIAÇÃO DAS DIRETORIAS ESPECÍFICAS

DIRETORIA ESPECÍFICA	INDICADORES	MEDIDA	META	PESO
<i>Presidência</i>	<i>Condução Institucional (CI)</i>	<i>%</i>	<i>100</i>	<i>0,10</i>
<i>Diretoria de Administração</i>	<i>Tempo médio de atendimento de demandas internas em primeiro nível (AD)</i>	<i>%</i>	<i>70</i>	<i>0,10</i>
<i>Diretoria de Planejamento</i>	<i>Municípios da área de atuação do Banco atendidos com aplicações FNE-não PRONAF/AGROAMIGO (FNE-Municípios).</i>	<i>%</i>	<i>90</i>	<i>0,10</i>
<i>Diretoria de Controle e Risco</i>	<i>Eventos Certificados em Compliance - Quantidade/ano (ECC)</i>	<i>qtde</i>	<i>4.100</i>	<i>0,10</i>
<i>Diretoria de Ativos de Terceiros</i>	<i>Captação de Recursos – Fundos de Investimentos (FI)</i>	<i>R\$ milhões</i>	<i>2.890</i>	<i>0,10</i>
<i>Diretoria Financeira e de Crédito</i>	<i>Regularização de Dívidas (RD)</i>	<i>R\$ milhões</i>	<i>2600</i>	<i>0,10</i>
<i>Diretoria de Negócios</i>	<i>Contratação de FNE – Agricultura Familiar, MPE, MPPR e Pequeno-Médio (FNE-AgF/MPMe)</i>	<i>R\$ milhões</i>	<i>6.241</i>	<i>0,10</i>

AVALIAÇÃO CORPORATIVA

INDICADORES	MEDIDA	META	PESO
<i>Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (IRPL)</i>	<i>%</i>	<i>10,80</i>	<i>0,10</i>
<i>Índice de Eficiência (IEf)</i>	<i>%</i>	<i>84,30</i>	<i>0,10</i>
<i>Captação de Recursos (CR)</i>	<i>R\$ milhões</i>	<i>12.000</i>	<i>0,10</i>
<i>Aplicação em Crédito Comercial (CC)</i>	<i>R\$ milhões</i>	<i>4.370</i>	<i>0,10</i>
<i>Aplicações do CrediAmigo (CRMG)</i>	<i>R\$ milhões</i>	<i>3.118</i>	<i>0,10</i>
<i>Aplicação Total do FNE (FNE)</i>	<i>R\$ milhões</i>	<i>12.236</i>	<i>0,10</i>
<i>Qualidade do Crédito (QC)</i>	<i>%</i>	<i>85,81</i>	<i>0,10</i>
<i>Avaliação CGPAR (AC)</i>	<i>Nota</i>	<i>8</i>	<i>0,10</i>

Os indicadores de desempenho acima receberão, cada um, uma pontuação decorrente do alcance da meta. A pontuação será atribuída em conformidade com a tabela abaixo. Será atribuída uma pontuação a cada indicador, correspondente ao percentual de alcance da meta, aplicado a partir de 80% até o máximo de 100%, mesmo que ultrapassado esse limite. Abaixo de 80% de alcance da meta não haverá pontuação.

CÁLCULO DO VALOR INDIVIDUAL DA RVA

\sum (% aplicado ao indicador *i* x peso *i*) x limite máximo, em que:

- “*i*” denota o indicador respectivo;
- “% aplicado ao indicador” encontra-se definido na Quadro de Pontuação de Indicadores e aplicado no Quadro de Avaliação Corporativa, em função do percentual de alcance da meta;
- “Peso” encontra-se definido em cada Quadro de Avaliação; e
- O limite máximo equivale a 4,0 X honorários do diretor, respeitado, no conjunto de todas as Diretorias, o limite de 1% do Lucro Líquido, o que for menor.

Complementarmente ao Programa de Participação nos Lucros ou Resultados, da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), acima descrito, será permitido pagamento de parcela adicional pela extrapolação média das metas, correspondente a até 50% do limite máximo da RVA e medido na forma da tabela abaixo:

Tabela de Gradação de extrapolação de metas Corporativas

<i>Cumprimento de cada meta</i>	<i>Situação</i>	<i>Bônus</i>
<i>> 120%</i> <i>≤120 e > 110%</i> <i>≤110% e > 105%</i>	<i>Extrapolação</i>	<i>50%</i> <i>20%</i> <i>10%</i>
<i>≤105% e > 104%</i> <i>≤104% e > 103%</i> <i>≤103% e > 102%</i> <i>≤102% e > 101%</i> <i>≤101% e > 100%</i>	<i>Margem de tolerância superior</i>	<i>5%</i> <i>4%</i> <i>3%</i> <i>2%</i> <i>1%</i>
<i>= 100%</i>		<i>-</i>

Cálculo da Parcela Adicional:

$[\Sigma \text{excedente (i)} / \text{n}^\circ \text{ de indicadores}] \times \text{limite da RVA}$, em que:
 Σ denota o somatório;
 “i” denota o indicador respectivo;
 excedente (i) denota o percentual de cumprimento da meta apurada que supera o alcance de 100% (cem por cento) do valor pactuado;
 n° de indicadores se refere ao total de indicadores estabelecidos pela empresa;
 limite da RVA é o quantitativo de honorários referido no regulamento geral da RVA dos dirigentes.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A diretoria executiva percebe Remuneração Variável Anual(RVA), a depender do alcance de metas por indicadores, como descrito no item 13.1.c acima.

Não há programa de remuneração do conselho de administração, do conselho fiscal ou do comitê de auditoria baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período, a partir do planejamento estratégico empresarial. O Comitê de Remuneração não tem previsão estatutária de qualquer tipo de retribuição.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A diretoria executiva percebe Remuneração Variável Anual(RVA), a depender do alcance de metas por indicadores, como descrito no item 13.1.c acima.

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para a vinculação da remuneração do conselho de administração, do conselho fiscal ou do comitê de auditoria a objetivos de curto, médio ou longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe qualquer remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos, para o conselho de administração, diretoria executiva, conselho fiscal ou comitê de auditoria.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, para o conselho de administração, diretoria executiva, conselho fiscal ou do comitê de auditoria.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo²⁶:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. remuneração segregada em:
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore
 - benefícios diretos e indiretos
 - remuneração por participação em comitês
 - outros
 - ii. remuneração variável, segregada em:
 - bônus
 - participação nos resultados
 - remuneração por participação em reuniões
 - comissões
 - outros
 - iii. benefícios pós-emprego
 - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
 - v. remuneração baseada em ações²⁷
- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária²⁸ e do conselho fiscal
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal²⁹

Quadro da Remuneração da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, período de 2014 a 2017.

Remuneração	2014	2015	2016	2017
DIRETORIA (I)	6.181.783,51	6.319.562,53	6.634.392,30	9.717.721,26
i. remuneração fixa	4.475.414,10	4.750.206,26	4.687.503,28	5.148.871,10
<i>Honorários</i>	3.008.248,95	3.229.300,18	3.351.752,27	3.507.315,36
<i>Gratificação Natalina</i>	239.374,47	255.692,40	282.037,75	-
<i>Adicional de Férias</i>	55.973,22	43.482,96	49.859,25	97.425,43
<i>Abono Pecuniário de Férias</i>	115.936,70	69.011,80	57.251,37	-
<i>Auxílio Alimentação</i>	73.533,67	78.674,37	78.428,11	80.999,52

²⁶ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

²⁷ Este campo deve ser preenchido de acordo com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, conforme normas contábeis que tratam do assunto.

²⁸ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

²⁹ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Seguro de Vida	3.303,96	3.514,49	3.440,20	7.014,63
Auxílio Moradia	34.200,00	18.000,00	27.000,00	151.200,00
INSS	743.309,24	812.258,70	607.390,40	1.016.536,90
FGTS	201.533,89	240.271,36	230.343,94	288.379,26
ii. remuneração variável	1.064.994,54	660.254,32	851.859,39	1.172.599,79
Participação nos Resultados (Remuneração Variável Anual -RVA)	1.064.994,54	660.254,32	851.859,39	1.172.599,79
iii.benefícios pós-emprego	307.803,61	265.894,92	218.609,95	473.487,57
Caixa Médica e de Previdência	307.803,61	265.894,92	218.609,95	473.487,57
iv.benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	333.571,26	643.207,03	876.419,68	2.922.762,80
Quarentena	249.122,84	399.681,87	384.969,39	1.753.657,68
Auxílio Transferência	84.448,42	243.525,16	491.450,29	1.169.105,12
Número de Membros	7	7	7	7
Número de Membros remunerados	6,83	6,83	7,33	7
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)	261.137,47	289.674,71	325.052,93	409.454,02
i. remuneração fixa	261.137,47	289.674,71	325.052,93	409.454,02
Honorários	261.137,47	289.674,71	325.052,93	409.454,02
Número de Membros	6	6	6	6
Número de Membros remunerados	6	5,42	6,08	6
CONSELHO FISCAL (III)	249.476,42	284.690,43	300.780,39	341.211,68
i. remuneração fixa	249.476,42	284.690,43	300.780,39	341.211,68
Honorários	249.476,42	284.690,43	300.780,39	341.211,68
Número de Membros	5	5	5	5
Número de Membros remunerados	5,17	5,08	5,25	5
TOTAL GERAL (I + II + III)	6.692.397,40	6.893.927,67	7.260.225,62	10.468.386,95

- OBS: 1. Os valores computados no quadro acima, referentes aos anos de 2014 a 2016 representam a remuneração efetivamente paga no período de janeiro a dezembro, incluindo membros substituídos durante o exercício.*
- 2. Os valores de 2017 se referem ao apresentado no documento Proposta de Remuneração dos Administradores que contempla a previsão orçamentária para a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, para o período de abril a março do ano seguinte, a ser submetido à 64ª AGO, em março/2017. A remuneração do Conselho Fiscal, incluída acima apenas para acompanhamento, não integra o montante informado naquele documento.*
- 3. A quantidade de membros informada é a definida no estatuto para cada colegiado.;*
- 4. A quantidade de membros remunerada foi informada pela média anual do número de membros apurado mensalmente.*
- 5. A remuneração durante o período de impedimento (quarentena) de que trata o item 13.12 é paga apenas em caso de término do mandato de diretor e o auxílio transferência é pago apenas no de início ou fim de mandato de diretor, caso resida fora da sede do Banco.*
- 6. A rubrica Abono Pecuniário de Férias, por orientação do Órgão Controlador, foi excluída da Remuneração dos diretores, a partir de abril/2016.*
- 7. A rubrica Gratificação Natalina deixou de ser paga a partir de 2017, em decorrência do Acórdão TCU-2600/2016-Plenário, de 11/10/2016.*

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³⁰:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e) em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não há previsão de bônus para administradores. A Remuneração Variável Anual (RVA) é prevista no Estatuto da empresa, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembleia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à diretoria executiva. A distribuição da RVA obedecerá ao alcance de metas, definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, conforme explicado no item 13.1. "c"

O valor distribuído é reconhecido no resultado da própria empresa.

<i>Remuneração</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>
DIRETORIA EXECUTIVA	1.064.994,54	892.130,35	851.859,39
Bônus	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	00	00	00
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
Participação nos Lucros ou Resultados (RVA)	1.064.994,54	660.254,32	851.859,39
- Valor máximo previsto	1.064.994,54	660.254,32	851.859,39
- Valor mínimo previsto			
- Valor vinculado a metas	1.064.994,54	660.254,32	851.859,39
- Valor reconhecido no resultado	1.064.994,54	660.254,32	851.859,39
Número de Membros	7	7	7
Número de Membros Remunerados	7	7	13
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	0	0	0
Bônus	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0

³⁰ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
Número de Membros	6	6	6
Número de Membros Remunerados	0	0	0
	0	0	0
	0	0	0
CONSELHO FISCAL	0	0	0
Bônus	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
Número de Membros	5	5	5
Número de Membros Remunerados	0	0	0

Obs.:

1 Os valores computados no quadro acima, referentes aos anos de 2014 a 2016 representam a remuneração efetivamente paga no período de janeiro a dezembro, incluindo membros substituídos durante o exercício.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a) termos e condições gerais
- b) principais objetivos do plano
- c) forma como o plano contribui para esses objetivos
- d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f) número máximo de ações abrangidas
- g) número máximo de opções a serem outorgadas
- h) condições de aquisição de ações
- i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j) critérios para fixação do prazo de exercício
- k) forma de liquidação
- l) restrições à transferência das ações
- m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Remuneração Variável Anual (RVA) é prevista no Estatuto da empresa, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembleia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à diretoria executiva. A distribuição da RVA obedecerá ao alcance de metas, definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, exigindo-se o alcance mínimo

de 80% de cada indicador, conforme descrito no item 13."c"1, sendo 50% dessa remuneração atrelada a instrumento baseado em ações.

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração variável do conselho de administração ou do conselho fiscal.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³¹:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
 - expiradas durante o exercício social
- e) valor justo das opções na data de outorga
- f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

A RVA, exclusiva para a diretoria executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações.

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³²:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e) em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções

³¹ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

³² Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

- iii. prazo de restrição à transferência das ações
- iv. preço médio ponderado de exercício
- v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

A RVA, exclusiva para a diretoria executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações.

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e) em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a) modelo de precificação

A RVA, exclusiva para a diretoria executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações. Em 2016 a parcela a pagar da RVA, atrelada a instrumento baseado em ações, foi convertida em quantidade de ações pelo valor patrimonial da ação do Banco no último dia do exercício a que se referia a RVA e revertida para reais no último dia útil do mês antecedente à AGO.

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

- d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão³³

POSIÇÃO ACIONÁRIA DE CONSELHEIROS E DIRETORES – na forma da Instrução CVM 358, em 31/12/2010.

<i>Órgão</i>	<i>Qtd. Ações ordinárias</i>	<i>Qtd. Ações Preferenciais</i>
<i>Conselho de Administração</i>	<i>01</i>	<i>0</i>
<i>Conselho Fiscal</i>	<i>2.400</i>	<i>0</i>
<i>Diretoria Executiva</i>	<i>0</i>	<i>0</i>

As ações detidas pelos conselheiros e diretoria executiva, demonstradas no quadro acima, não se originam de qualquer programa de remuneração baseada em ações.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- órgão
- número de membros
- número de membros remunerados
- nome do plano
- quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- condições para se aposentar antecipadamente
- valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A empresa patrocina, a partir de 26/03/2010, plano de previdência ao qual os membros do conselho de administração ou da diretoria executiva podem se associar.

³³ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

O plano de previdência é em regime de contribuição variável e incorpora todos os institutos previstos na legislação previdenciária, inclusive a opção pelo resgate de contribuições, ao fim do mandato.

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração
Número de membros	7	6
Número de Membros Remunerados	6	0
Nome do Plano	Plano CV I – Plano de Contribuições Variáveis, administrado pela CAPEF	-
Membros aptos a se aposentar	4	0
Condições para aposentadoria antecipada	Cumprir carência de 60 contribuições, cfe. alínea I, do art.3º da L. Complementar 108, de 29/05/2001.	-
Valor acumulado de contribuições até o exercício	1.435.745,52	0
Valor contribuições 2015, descontada a contribuição paga pelos administradores	452.626,20	0

Obs.: No Número de Membros Remunerados acima foram indicados os optantes pelo plano de previdência oferecido a todos os membros dos colegiados estatutários.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal³⁴:

- órgão
- número de membros
- número de membros remunerados
- valor da maior remuneração individual
- valor da menor remuneração individual
- valor médio de remuneração individual

Na tabela abaixo foram demonstrados os valores anuais para os itens pedidos. Os conselhos não têm diferença de remuneração entre seus membros.

Remuneração	2014	2015	2016
DIRETORIA EXECUTIVA (I)			
- maior remuneração individual	954.223,85	920.779,13	928.879,42
- menor remuneração individual	749.993,46	800.353,82	763.021,45
- remuneração média individual anual	905.092,75	926.589,64	906.768,12
Número de Membros	7	7	7
Número de Membros Remunerados	6,83	6,83	7,33
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)			
- maior remuneração individual	48.530,19	67.142,28	69.911,90
- menor remuneração individual	48.530,19	67.142,28	53.572,74
- remuneração média individual	43.522,91	52.820,01	53.433,36
Número de Membros	6	6	6
Número de Membros Remunerados	5,42	5,56	6,08
CONSELHO FISCAL (III)			
- maior remuneração individual	48.530,19	62.347,80	65.626,12
- menor remuneração individual	48.530,19	50.896,23	53.572,44
- remuneração média individual	48.254,63	54.899,58	57.291,50
Número de Membros	5	5	5
Número de Membros Remunerados	5,08	5,22	5,25

- Observações: 1. O valor da menor remuneração exclui os membros que exerceram o mandato por menos de 12 meses.
 2. O valor da maior remuneração considera todos os membros que exerceram o mandato no período.
 3. A quantidade de membros remunerados foi informada pela média anual do número de membros apurado mensalmente.

³⁴ Para averiguação dos valores a serem inseridos neste item, utilizar os critérios estabelecidos no item 13.2.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

O estatuto da empresa assegura ao ex-diretor a percepção dos honorários do cargo que exercia na empresa, por seis meses, condicionado a não assumir qualquer cargo em empresas do mesmo ramo, concorrentes ou não, ou outras com a qual a empresa mantenha relações de negócios, observada a aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR. As despesas são de responsabilidade da empresa, reconhecidas no seu resultado.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Todas as despesas referidas no quadro do item 13.2 foram reconhecidas no resultado da empresa. No quadro abaixo segue a demonstração dos percentuais de remuneração dos representantes dos controladores em relação à remuneração total, por Órgão.

ÓRGÃO	2014	2015	2015
DIRETORIA EXECUTIVA (I)	-	-	-
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)	63%	59%	62%
CONSELHO FISCAL (III)	63%	55%	56%

Observação: Não há membros da Diretoria Executiva que sejam partes relacionadas ao controlador.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nenhuma remuneração foi paga a qualquer dos membros do conselho de administração ou da diretoria executiva ou do conselho fiscal por qualquer razão que não a função exercida nesses órgãos, a qualquer título.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Todas as despesas dos membros do conselho de administração, da diretoria executiva e do conselho fiscal foram reconhecidas no resultado da própria empresa, nada sendo repassado para reconhecimento no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

FIXAÇÃO DO LIMITE GLOBAL DA REMUNERAÇÃO
PARA OS DIRIGENTES DO BNB, REFERENTE AO PERÍODO DE
ABRIL DE 2017 A MARÇO DE 2018

Senhores Acionistas,

Os incisos V e VI do artigo 9º do Estatuto Social, estabelecem que compete à Assembleia Geral fixar os honorários dos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Assim, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), propõe-se que seja fixada a remuneração global dos administradores do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), referente ao período de abril de 2017 a março de 2018, em R\$ 10.127.175,27 (dez milhões, cento e vinte e sete mil, cento e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos), contemplando Diretoria Executiva e Conselho de Administração, definindo-se que para a Diretoria Executiva estão incluídos honorários mensais, gratificação de férias, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, plano de saúde, previdência complementar, auxílio moradia nos termos do Decreto nº 3.255, de 19.11.1999, INSS, FGTS, remuneração por impedimento (quarentena remunerada), auxílio transferência (ajuda de custo) e remuneração variável anual (RVA).

Em consonância com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, propõe-se, também, que seja fixado limite, para o período de abril/2017 a março/2018, para os dispêndios com a remuneração do Comitê de Auditoria, no total de R\$ 1.473.072,45, cabendo ao Conselho de Administração a fixação da remuneração dos seus membros, com a observância desse limite.

Relativamente à remuneração dos membros do Conselho de Administração e membros efetivos do Conselho Fiscal, para o período acima, se propõe a fixação dos honorários mensais em um décimo do que, em média mensal, couber aos membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: gratificação de férias; auxílio alimentação; seguro de vida em grupo; plano de saúde; previdência complementar; auxílio moradia nos termos do Decreto nº 3.255, de 19.11.1999; remuneração por impedimento (quarentena remunerada);

auxílio transferência (ajuda de custo) e remuneração variável anual (RVA). Ressalva-se que a remuneração somente é devida ao membro suplente do Conselho Fiscal no mês em que este comparece a reuniões do Conselho, em conformidade com o que determina a Lei nº 9.292/96.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 24 de março de 2017.

DE ACORDO (Diretoria e Conselho de Administração):

Visto: _____
Henrique Teixeira Moura
Comitê de Remuneração
Coordenador



FIXAÇÃO DOS VALORES A SEREM ALOCADOS
AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICO,
TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO - FUNDECI E AO FUNDO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - FDR

Srs. Acionistas,

Consta da programação anual do Banco ação de apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) operacionalizados por meio dos recursos do **Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (FUNDECI)**, principal instrumento da política de PD&I do Banco do Nordeste, e do **Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)**, com vistas a contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, qualificação técnica de profissionais da região e principalmente para o fomento à inovação, fortalecendo a base tecnológica da Região, visando identificar soluções de entraves dos setores produtivos, aumentando sua competitividade e, assim, reduzindo o risco financeiro das atividades financiadas pelo Banco.

Para o exercício de 2017, propõe-se a alocação do valor de R\$10,0 milhões para o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI e R\$2,0 milhões para o Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 24 de março de 2017

DE ACORDO

(Diretoria e Conselho de Administração):

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE JCP

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, manifesta-se favoravelmente à distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), referentes ao exercício de 2016, no valor de R\$ **175.047.663,38**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

	R\$ 1,00
Especificação	31.12.2016
1. Lucro Líquido do Exercício	732.070.489,94
2. Reserva Legal Constituída	(36.603.524,50)
3. Ajustes de Exercícios Anteriores	368.961,91
4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.130.034,31
5. Base de Cálculo de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio(JCP)	697.965.961,66
6. JCP Brutos Propostos no Exercício (R\$ 2,026683991 por ação)	175.047.663,38
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(527.840,30)
8. JCP Líquidos (imputados aos Dividendos) (item 6 - item 7)	174.519.823,08
9. JCP antecipados corrigidos pela taxa SELIC	(56.471.865,61)
10. JCP complementares brutos correspondentes a 1,372858491 por ação (item 6 - item 9)	118.575.797,77
11. JCP complementares líquidos correspondentes a 1,368654093 por ação	118.212.657,73
12. JCP Líquidos de IR (imputados aos Dividendos) em relação ao Lucro Líquido Ajustado [(item 8/(item 5)] - em %	25,00%
13. JCP Brutos em relação ao Lucro Líquido Ajustado [(item 6/(item 5)] - em %	25,08%

Fortaleza (CE), 13 de fevereiro de 2017.

CONSELHO FISCAL

Maria Teresa Pereira Lima
Presidente do Conselho Fiscal Substituta

Carlos Henrique Soares Nuto
Conselheiro

José Mário Valle
Conselheiro

Manuel dos Anjos Marques Teixeira
Conselheiro

INFORMAÇÕES SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2016, CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS LEGAL E ESTATUTÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP), NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17.12.2009.

1. Informar o lucro líquido do exercício
- **O Lucro líquido do Exercício de 2016 foi de R\$ 732.070.489,94**
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Descrição	Montante em R\$	Valor por Ação
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	175.047.663,38	R\$ 2,026683991
Total	175.047.663,38	R\$ 2,026683991

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Descrição	Valor - R\$	% s/Base dos JCP
Lucro Líquido do Exercício	732.070.489,94	-
(-) Reserva Legal	36.603.524,50	-
(+) Reserva de Reavaliação realizada	2.130.034,31	-
(+) Ajuste de Exercícios Anteriores	368.961,91	-
Base de Cálculos dos Dividendos e JCP	697.965.961,66	-
Dividendos pagos e a pagar	-	-
Valor bruto dos JCP pagos e a pagar	175.047.663,38	-
Total bruto de JCP	175.047.663,38	25,08
Imposto de Renda na fonte sobre JCP	527.840,30	-
Valor líquido de JCP	174.519.823,08	25,00

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores
- **No exercício, não há distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.**

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Descrição (*)	Montante em R\$	Valor por Ação - R\$
JCP complementares do exercício	118.575.797,77	1,372858491
Dividendos complementares do exercício	-	-
Total	118.575.797,77	1,372858491

(*) O Capital Social do Banco é representado, na sua totalidade, por ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- Os JCP complementares serão pagos em até 18 dias úteis após a aprovação na AGO/E convocada para 24.03.2017, da seguinte forma:
 - i) por crédito em conta corrente do acionista, cuja conta corrente seja no BNB;
 - ii) por caixa; e
 - iii) sobre as ações custodiadas na BOVESPA, serão pagos à BM&FBOVESPA, que os repassará aos acionistas titulares, por intermédio das corretoras depositantes.
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- Os Juros sobre o Capital Próprio(JCP) complementares serão pagos acrescidos de encargos financeiros à base da variação da taxa SELIC, da data do encerramento do balanço até a data em que o rendimento se tornar disponível para o acionista.
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento
- 24 de março de 2017.

Tendo em vista o disposto na legislação vigente, deverá ser observado que:

- . as ações negociadas até 24.03.2017 farão jus aos JCP complementares declarados; e
- . a partir de 27.03.2017, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados “ex-juros sobre o capital próprio”.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

- **Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do 1º semestre/2016: R\$ 54.011.920,77, atualizado monetariamente pela variação da Taxa SELIC, desde a data do pagamento até 31.12.2016, consoante Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, resultando em R\$ 56.471.865,61.**

. Informar a data dos respectivos pagamentos

- **29 de agosto de 2016**

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Em R\$

Especificação	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
Montante do Lucro Líquido	732.070.489,94	305.722.879,17	747.350.025,06	360.356.864,39
Lucro Líquido por ação	8,48	3,54	8,65	4,14

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Em R\$

Especificação	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
Montante de Dividendos	-	380.478.724,85	112.180.514,13
Dividendos por ação ordinária	-	4,40514387	1,298814549
Dividendos por ação preferencial (*)	-	-	-
Montante de JCP	73.369.960,95	152.551.000,00	117.818.702,31
JCP por ação ordinária	0,849469923	1,76621992	1,364092917
JCP por ação preferencial (*)	-	-	-

(*) No 2º semestre de 2013, as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial, conforme aprovado em reunião da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23.08.2013. Para efeito de comparação, por exercício, os dividendos e JCP pagos às ações preferenciais no 1º semestre de 2013 foram somados aos Dividendos e JCP pagos às ações ordinárias em 2013.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

- **O montante destinado à Reserva Legal foi de R\$ 36.603.524,50.**

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

- **A constituição da reserva legal está prevista no estatuto do Banco, em conformidade com o que determina o Artigo 193, da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido até que alcance 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da Reserva Legal era de R\$**

237.328.654,78, o que equivalia a, aproximadamente, 8,3% do capital integralizado do Banco na mesma data.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

- **O Banco não possui ações preferenciais**

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

- **O Banco não possui ações preferenciais**

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

- **O Banco não possui ações preferenciais**

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

- **O Banco não possui ações preferenciais**

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

- **O Banco não possui ações preferenciais**

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

- **25%(vinte e cinco por cento) do lucro líquido, no mínimo, para pagamento de dividendos.**

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

- **O Banco está pagando integralmente o dividendo obrigatório, na forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP).**

c. Informar o montante eventualmente retido

- **O Banco não possui dividendos retidos.**

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

- **O Banco não possui dividendos retidos.**

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
 - **O Banco não possui dividendos retidos.**
- c. Justificar a retenção dos dividendos
 - **O Banco não possui dividendos retidos.**

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
 - **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
 - **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
 - **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**
- d. Justificar a constituição da reserva
 - **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
 - **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar.**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
 - **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar.**

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
 - **Em consonância com a legislação, o Artigo 61 do Estatuto Social estabelece a destinação do saldo do lucro líquido, após todas as distribuições estatutárias, ficando limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social.**

b. Identificar o montante destinado à reserva
- **No exercício de 2016, foi destinado o montante de R\$ 522.918.298,32.**

c. Descrever como o montante foi calculado
- **Corresponde ao remanescente do seguinte cálculo: valor do Lucro Líquido do exercício, acrescido da Reserva de Reavaliação e de Ajuste de Exercícios Anteriores e deduzido da Reserva Legal e da destinação para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do exercício.**

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção
- **Não há proposta de retenção de lucros.**

b. Fornecer cópia do orçamento de capital
- **Não há proposta de retenção de lucros.**

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva
- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais.**

b. Explicar a natureza da destinação
- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais.**

Fortaleza, 24 de março de 2017.

De Acordo: Diretoria e Conselho de Administração

De Acordo:

José Jurandir Bastos Mesquita
Superintendente de Controle Financeiro

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Assembleia Geral Ordinária elegerá os membros do Conselho de Administração com mandato até a Assembleia Ordinária de 2019:

- **RICARDO SORIANO DE ALENCAR** (representante do Ministério da Fazenda);
- **JEFERSON LUIS BITTENCOURT** (representante do Ministério da Fazenda);
- **JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA** (representante do Ministério do Planejamento);
- **MARCOS COSTA HOLANDA** (representante nato);
- **ALAN GUTIERRI BRASILIANO DE SOUSA** (representante dos empregados indicado pelos funcionários a ser eleito em assembleia).

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RICARDO SORIANO DE ALENCAR

Idade: 26/05/1973 (43 anos)

Profissão: Advogado (Procurador da Fazenda Nacional)

CPF: 606.468.451-87

Cargo Eletivo Ocupado: Presidente do Conselho de Administração do BNB

Data da eleição: 24/03/2017

Data da posse:

Prazo do Mandato: 2 anos - até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Atividade Atual

- Procurador da Fazenda Nacional

Experiência Profissional

- Procurador-Geral Adjunto – PGFN (2009 até a presente data);
- Coordenador-Geral Jurídico – PGFN (2008 - 2009);
- Coordenador Jurídico de Legislação de Pessoal e Normas – PGFN (2007 - 2008);
- Chefe de Divisão – PGFN (2005 - 2007);

- Procurador da Fazenda Nacional (2000 até a presente data);
- Advogado de Fundação Pública / Procurador Federal (1998 – 2000);
- Integrante do escritório Pinheiro Neto Advogados (1994 - 1996).

Condenações: Não Possui.

Relações Familiares

- a. administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
 - b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
 - c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há
-

JEFERSON LUIS BITTENCOURT

Idade: 22/07/1976 (40 anos)

Profissão: Economista/Funcionário Público

CPF: 901.799.600-59

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho de Administração do BNB

Data da eleição: 24/03/2017

Data da posse:

Prazo do Mandato: 2 anos - até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Atividade Atual

- Secretário-Adjunto de Política Fiscal e Tributária – Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda

Experiência Profissional

- Secretário-Adjunto de Política Fiscal e Tributária – Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2016 até a presente data);

- Coordenador-Geral de Política Fiscal – Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2011 - 2016);
- Chefe da Assessoria Econômica - Secretaria do Tesouro Nacional – Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda (2009 - 2011);
- Assessor Técnico - Secretaria do Tesouro Nacional – Coordenação-Geral de Estudos Econômicos-Fiscais do Ministério da Fazenda (2008 - 2009) ;
- Gerente de Relacionamento Institucional - Secretaria do Tesouro Nacional – Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública do Ministério da Fazenda (2006 - 2008);
- Gerente de Projetos de Relacionamento Institucional - Secretaria do Tesouro Nacional – Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública do Ministério da Fazenda (2004 - 2006);
- Analista de Finanças e Controle - Secretaria do Tesouro Nacional – Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública do Ministério da Fazenda (2003 - 2004);
- Professor Horista do Departamento de Ciências Econômicas - Faculdades Integradas do Planalto Central – FIPLAC (Valparaíso/GO) (2003 - 2006);
- Consultor da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – Assessoria Econômica (2000 - 2003);
- Assessor Técnico da Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul (1997 - 1998);
- Professor Substituto do Departamento de Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997 - 1998).

Condenações: Não Possui.

Relações Familiares

- a. administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
- b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

Idade: 07/09/1977 (39 anos)

Profissão: Assessor da Secretaria Executiva do Ministério Fazenda

CPF: 830.641.331/87

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho de Administração do BNB

Data da eleição: 24/03/2017

Data da posse:**Prazo do Mandato:** 2 anos - até a Assembleia Geral Ordinária de 2019**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** não há**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** indicado pelo controlador**Currículo:****Atividade Atual**

- Assessor da Secretaria Executiva do Ministério Fazenda

Experiência Profissional

- Ministério da Fazenda – Secretaria-Executiva: Assessor: desde Ago/12
 - Atuação na coordenação e articulação entre os órgãos específicos singulares, vinculados e externos ao Ministério da Fazenda, no trâmite de medidas legais e infralegais.
 - Participação em Conselhos de empresas com participação acionária da União:
 - Conselho de Administração da Caixa Seguros Holding S.A.: entre Jun/14 e Mar/15;
 - Conselho Fiscal do Banco Pan S.A.: entre Set/13 e Fev/14;
 - Conselho de Administração da Caixa Seguros Holding S.A.: entre Mar/11 e Ago/13;
 - Conselho de Adm. da Finep – Financiadora de Estudos e Projetos: entre Mai/10 e Mai/13.
- Ministério da Fazenda – Secretaria de Política Econômica:
 - Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas: entre Ago/08 e Ago/12;
 - Coordenador-Geral de Política Fiscal: entre Jul/06 e Jul/08;
 - Coordenador de Pol. Financeira, Merc. de Capitais e Previdência: entre Out/05 e Jun/06;
 - Atuação na construção e avaliação de cenários macroeconômicos (crescimento, inflação, setor externo, política fiscal,...); bem como na avaliação e elaboração de programas de políticas públicas; discussão de políticas setoriais;
 - Participação em Conselhos de empresas com participação acionária da União:
 - Conselho de Administração da Caixa Seguros Holding S.A.: entre Mar/11 e Ago/13;
 - Conselho de Adm. da Finep – Financiadora de Estudos e Projetos: entre Mai/10 e Mai/13;
 - Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados: entre Jan/09 e Mai/10.

- Banco Central do Brasil – data da posse: 10/Jul/00 - entre Jul/00 e Mar/03:
 - Assessor Econômico do Diretor de Liquidações e Desestatização (Dilid) nos seguintes Departamentos:
 - Analista do Departamento de Liquidações Extrajudiciais (Deliq);
 - Analista e Assessor Pleno do Departamento da Dívida Pública (Dedip);
 - Atuação no acompanhamento dos indicadores macroeconômicos para assessorar a participação do Diretor nas discussões de política monetária; elaboração de estudos econômico-financeiros para o encerramento de regimes especiais de empresas específicas; participação no processo de desestatização de instituições financeiras federais, como o Banespa.
 - Gabinete do Deputado Antonio Kandir: Secretário Parlamentar – Assessor Econômico: entre Out/99 e Jul/00.
 - OF Consultoria Econômica Ltda.: Assistente de Pesquisa: entre Out/98 e Set/99.

Condenações: Não Possui.

Relações Familiares

- a. administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
- b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

MARCOS COSTA HOLANDA

Idade: 02/12/1959 (57 anos)

Profissão: Economista

CPF: 142.124.393-87

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho de Administração do BNB

Data da eleição: 24/03/2017

Data da posse:

Prazo do Mandato: 2 anos - até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Atividade Atual

- Presidente do Banco do Nordeste do Brasil

Experiência Profissional

- Coordenador da política de gestão para resultado do governo do Ceara, 2003-2006.
- Líder de equipe do Governo do Ceará na negociação e implantação de um empréstimo do tipo Swap com o Banco Mundial, 2004-2006.
- Líder de equipe do Governo do Ceará na negociação do empréstimo de Swap II, com o Banco Mundial, 2007-2008.
- Desenvolvimento de um kit de ferramentas de gestão para resultado para o governo do estado de Alagoas-Brasil, 2005.
- Consultor do Banco Mundial na componente de gestão do setor público de um empréstimo para o estado do Piauí-Brasil, 2013.
- Consultor do Banco Mundial para assessoramento a Prefeitura de Teresina na elaboração do seu PPA 2014-2017, 2013.
- Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID no Projeto “Sistema de Avaliação PRODEV” para o Brasil, cujo objetivo é analisar o grau de avanço e institucionalização das práticas e dos instrumentos da GPR no setor público, 2013-2014.

Condenações: Não Possui.

Relações Familiares

- a. administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
 - b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
 - c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há
-

ALAN GUTIERRI BRASILIANO DE SOUSA

Idade: 25/06/1981 (36 anos)

Profissão: Bancário

CPF: 824.196.713-68

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho de Administração do BNB

Data da eleição: 24/03/2017

Data da posse:

Prazo do Mandato: 2 anos - até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: representante dos empregados indicado pelos funcionários a ser eleito em assembleia.

Currículo:

Atividade Atual

- Gerente de Negócios Pronaf II do Banco do Nordeste do Brasil

Experiência Profissional

- Bancário na Instituição Banco do Nordeste do Brasil (2004 até a presente data).

Condenações: Não Possui.

Relações Familiares

- a. administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
 - b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
 - c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há
-

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Assembleia Geral Ordinária elegerá os membros do Conselho Fiscal, efetivo e suplentes, com mandato até a Assembleia Ordinária de 2019.

Candidatos (membros efetivos):

FREDERICO SCHETTINI BATISTA (Representante do Tesouro Nacional);

MARIA TERESA PEREIRA LIMA (Representante do Ministério da Fazenda);

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA (Representante do Ministério da Fazenda).

Candidatos (suplentes):

HERICK MARQUES CAMINHA JUNIOR (Suplente representante do Tesouro Nacional);

KÁTIA APARECIDA ZANETTI DE LIMA (Suplente do representante do Ministério da Fazenda);

GUSTAVO SAMPAIO DE ARROCHELA LOBO (Suplente do representante do Ministério da Fazenda);

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

FREDERICO SCHETTINI BATISTA

Nascimento: 22/12/1973 (43 anos)

Profissão: Analista de Finanças e Controle

CPF: 645.507.451-34

Cargo Eletivo Ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal do BNB

Data da eleição: 24/03/2017

Data da posse: 24/03/2017

Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Experiência Profissional

- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional desde 1991;
- Presidente do Conselho Fiscal da APO - Autoridade Pública Olímpica (2012 até a presente data);

- AFC - Gerente DAS.102.1 - Secretaria do Tesouro Nacional (2003 até a presente data);
 - Auxiliar de Operações - Banco do Brasil (2002 - 2003);
 - Coordenador de Processo – Administrador – INFRAERO (1997 - 2002).
-
- **Condenações:** Não Possui

Relações Familiares

- a. administradores do emissor: não há.
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

MARIA TERESA PEREIRA LIMA

Idade: 13/03/1959 (58 anos)

Profissão: Procuradora da Fazenda Nacional

CPF: 520.980.446-15

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho Fiscal do BNB desde 2013.

Data da eleição: 24/03/2017

Data da posse: 24/03/2017

Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Atividade Atual

- Procuradora da Fazenda Nacional

Experiência Profissional

- Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) e Pós-Graduada em Direito das Relações Sociais pela Universidade Gama Filho e em Direito da Integração Econômica pela Universidade de Munster (Alemanha), em convênio com a Fundação Getúlio Vargas (FGV)
- 1997 a 2000 – Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS (RJ) – atuação no jurídico contencioso e consultivo trabalhista, tendo chefiado a área de Direito Coletivo da Empresa, proferindo pareceres institucionais, promovendo, ainda, a coordenação jurídica em todo o Brasil na parte relativa à atuação;
- 2000 (a partir de) – Procuradora da Fazenda Nacional, com atuação na Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que cuida de todos os assuntos societários da União;
- 2001 a 2004 – Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A (Ferrovia Norte-Sul) - Conselheira Fiscal titular, como representante do Tesouro Nacional;
- 2004 a 2006 – Lightpar – Light Participações S/A - Conselheira Fiscal titular, como representante do Tesouro Nacional;
- 2001 a 2011 – Conselheira Fiscal suplente da Caixa Econômica Federal, do Banco da Amazônia S.A. – BASA e do IRB-Brasil Re, tendo exercido a função de membro titular em algumas ocasiões nas referidas instituições;
- 2011 a 2013 – Conselheira Fiscal titular da COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ – CEPISA, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, como representante do Tesouro Nacional.

Condenações: Não Possui

Relações Familiares

- a. administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
 - b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
 - c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há
-

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

Idade: 07.06.1945 (71 anos)

Profissão: Funcionário Público

CPF: 290.575.407-97

Cargo Eletivo Ocupado: Membro Titular do Conselho Fiscal do BNB desde 2012.

Data da eleição: 24/03/2017

Data da posse: 24/03/2017

Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Atividade Atual

- Funcionário Público Federal

Experiência Profissional

- Graduado em Direito e Pós-graduado em Comércio Exterior pela Associação de Ensino Unificado do DF (AEUDF).
- Consultor-Chefe e Chefe da Divisão de Apuração de Ilícitos Cambiais, no Departamento de Câmbio do Banco Central de Brasil (1977 a 1995)
- Secretário-Executivo do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional CRSFN, no Ministério da Fazenda (1995 a 1997)
- Membro do Conselho Fiscal do Banco BANESPA Leasing (Abril/1999 a Maio/ 2001)
- Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Piauí (Abril de 2000 a Nov/2008)
- Membro Conselho Fiscal do Serviço de Processamento de Dados – SERPRO (Maio/2000 a Fev/2002)
- Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Maranhão - BEM (Jul/2000 a Fev/2004)
- Membro do Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil (Mar/2009 a Abril/2010)
- Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária-CONFAZ (Desde Maio/1997)
- Comissões Exercidas
 - Membro da Comissão de Sindicância do Ministério da Fazenda para apurar irregularidades cambiais ocorridas na Zona Franca de Manaus (1986)
 - Membro do “Seminário Sobre o Controle e Lavagem de Dinheiro”, realizado pelo Departamento de Tesouro dos EUA (1992).
 - Delegado do Brasil e Palestrante no “Seminário para a Comunidade Bancária sobre medidas para o controle de Lavagem de Dinheiro” (Buenos Aires, Argentina, 1994)
 - Delegado do Brasil, na “Convenção Hemisférica Contra a Lavagem de Dinheiro e Transferência de Ativos de Origem Ilícita” (Bogotá, Colômbia, 1994)
 - Integrante da Missão de estudos do Ministério da Fazenda realizada a Portugal, Espanha e Bélgica para conhecer o Sistema VIES-VAT INFORMATION EXCHANGE SYSTEM implementado nos países integrantes da Comunidade Europeia (Abril/2001)

Condenações: Não Possui

Relações Familiares

- a. administradores do emissor -- Não teve
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor- Não teve
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor- Não teve
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor - Não teve

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor - Não teve
- b. controlador direto ou indireto do emissor - Não teve
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas - Não teve

HERICK MARQUES CAMINHA JUNIOR

Nascimento: 02/03/1951 (65 anos)

Profissão: Servidor Público Federal – Tesouro Nacional

CPF: 299.940.987-72

Cargo Eletivo Ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal do BNB desde 2015.

Data da eleição: 24/03/2017

Data da posse: 24/03/2017

Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Atividade Atual

- Analista de Finanças e Controle do Ministério da Fazenda de abril de 2007 a abril de 2009.

Experiência Profissional

- Chefe do Núcleo da Secretaria da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Chefe do Núcleo de Estudos e Apoio às Transferências Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional desde 2009;
- Analista de Finanças e Controle;
- Consultor de empresas pela Concisa Soluções Empresariais, no período de maio de 1997 a abril de 2007;
- Auditor pelo BVQI no período de janeiro de 1993 a abril de 1997;

- Gerente de Qualidade pela TENENGE no período de dezembro de 1988 a setembro de 1992;
- Inspetor Técnico Independente pelo IBQN no período de maio de 1987 a setembro de 1988;
- Analista de Projetos pela FINEP no período de outubro de 1986 a abril de 1987;
- Superintendente pela NUCLEP no período de setembro de 1982 a setembro de 1986;
- Engenheiro pela CSN no período de janeiro de 1976 a agosto de 1982;
- Graduado em Engenharia Metalúrgica pelo IME em 1975;
- Mestre em Ciências dos Materiais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1981.

Condenações: Não possui

Relações Familiares

- administradores do emissor: não há.
- (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
- controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

KÁTIA APARECIDA ZANETTI DE LIMA

Nascimento: 13/08/1961 (55 anos)

Profissão: Advogada - Procuradora da Fazenda Nacional

CPF: 497.311.656-49

Cargo Eletivo Ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal do BNB desde 2013.

Data da eleição: 24/03/2017

Data da posse: 24/03/2017

Prazo do Mandato: até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Experiência Profissional

- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional desde 1991;

- Membro titular nos Conselhos Fiscais de empresas: EMGEA, LIGHTPAR, IRB, AGEF, BNB, etc.
- Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), em dezembro de 1985.
- **Condenações:** Não Possui

Relações Familiares

- a. administradores do emissor: não há.
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

GUSTAVO SAMPAIO DE ARROCHELA LOBO

Idade: 12/05/1977 (39 anos)

Profissão: Analista de Finanças e Controle do Ministério da Fazenda

CPF: 824.379.551-00

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho de Administração do BNB

Data da eleição: 24/03/2017

Data da posse: 24/03/2017

Prazo do Mandato: 2 anos - até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: não há

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Atividade Atual

- Analista de Finanças e Controle do Ministério da Fazenda

Experiência Profissional

- Coordenador de Políticas Regulatórias - Secretaria de Aviação Civil - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (2016 até a presente data);
- Assessor Especial do Ministro - Secretaria de Portos da Presidência da República (2015);

- Diretor do Departamento da Marinha Mercante - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes do Ministério dos Transportes (2011 – 2015);
- Coordenação Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais – COFIS - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda:
 - * Gerente de Regularização de Obrigações (2007 – 2011);
 - * Gerente de Projetos (2006 – 2007);
 - * Analista de Finanças e Controle (2003 – 2006).

Condenações: Não Possui.

Relações Familiares

- e. administradores do emissor Não há
- f. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- g. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- h. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
- b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há



**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A
SITUAÇÃO FINANCEIRA DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**

*Balanço de 31 dezembro de 2016
Anexo à PAA-2017/621-01, de 24.01.2017*

**Em atendimento ao Art. 9º, III, Instrução Normativa Nº 481,
de 17.12.2009**

Ambiente de Contabilidade

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA
DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**

Nós, membros da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB, em atendimento às disposições da Instrução CVM Nº 480, de 7.12.2009, apresentamos na seção 10 do Formulário de Referência os aspectos relevantes do desempenho do Banco, relativamente aos exercícios sociais de 2014, 2015 e 2016.

10.1.a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

QUADRO 01 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

Em R\$ milhões

Itens do Balanço Patrimonial	31.12.2014	31.12.2015	30.12.2016
Ativos Totais	38.205	41.422	46.321
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.244	12.445	9.465
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	14.307	12.327	20.849
Operações de Crédito (líquido de provisões)	11.736	12.200	11.138
Outros Créditos (líquido de provisões)	3.060	3.750	4.150
Depósitos Totais	11.925	10.751	10.607
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	3.545	3.790	3.071
Outras Obrigações	14.086	18.909	23.547
- Recursos do FNE (Disponibilidades)	7.791	11.324	16.665
- Passivos Contingentes	2.455	3.226	3.582
- Passivos Atuarial Del. CVM 695	879	1.065	1.288
- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Elegíveis a Capital	1.357	1.501	0
- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	1.000
- Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.605	1.792	2.013
Patrimônio Líquido	3.368	2.843	3.362
Lucro Líquido	747,4	305,7	732,07
Índices (%)			
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio (%)	23,3	9,8	23,6
Índice de Eficiência (Receita Prest. Serviços/Disp. Adm.)			
Índice de Basileia (%)	16,1%	14,2%	16,0%

Ao término de 2016, os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram um acréscimo de **11,8%** em relação ao final de 2015, atingindo o volume de R\$ 46,3 bilhões. Nos ativos da Instituição também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 11,3 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$ 5,4 bilhões). O crescimento dos saldos de ativos do Banco de dezembro de 2015 para dezembro de 2016 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários,

conforme Tabela 1. Destaca-se que a redução no saldo de operações de crédito de 2016 foi reflexo de mais um exercício consecutivo de retração no nível da atividade econômica na região nordeste.

Em 2016, os saldos totais de ativos do FNE cresceram 12,6%, por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Durante o exercício de 2016, ingressou no patrimônio do FNE um total de R\$ 7,3 bilhões, contra R\$ 6,4 bilhões ingressados em 2015. Ao serem comparadas as posições de 31.12.2015 e 31.12.2016, percebe-se um acréscimo de 4,2% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (retificados por provisões) e de 47,2% no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos.

A participação ainda significativa das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários reflete a necessidade de manutenção de ativos líquidos comprometidos com operações de crédito de longo prazo contratadas, mas ainda não desembolsadas.

O resultado acumulado alcançado pelo Banco no ano 2016 foi de R\$ 732,07 milhões. Os principais fatores que influenciaram o resultado do exercício foram os seguintes:

1. Elevação de Receitas com Títulos e Valores Mobiliários;
2. Elevação de Receitas com Instrumentos Financeiros Derivativos;
3. Redução de Despesas de Obrigações por Empréstimos;
4. Elevação nas Receitas de taxa de administração sobre fundos financeiros e de desenvolvimento e de *Del Credere*;
5. Redução de Despesas de Operações de Captação no Mercado;
6. Redução de Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
7. Elevação de Outras Despesas Operacionais em função do aumento dos riscos com Operações de Crédito do FNE; e
8. Elevação da realização de Créditos Tributários.

10.1.b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Na posição de 31.12.2016, o Capital Social do BNB é de **R\$ 2.844,0 milhões** (R\$ 2.844,0 milhões em 31.12.2015), representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

O montante do passivo exigível, entendido como “somatório do passivo circulante e não circulante”, era de R\$ 34.851,0 milhões, R\$ 38.578,7 milhões, e R\$ 42.958,6 em, 31/12/2014, 31/12/2015 e 31/12/2016, respectivamente. Dessa forma, o índice de endividamento, medido pela relação “passivo circulante mais não circulante sobre o patrimônio líquido” era de 10,35; 13,57 e 12,78.

Hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão do Banco, além daquelas previstas em lei.

Composição em 31.12.2016		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.212.068	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.225.200	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45
Outros	2.037.781	2,36
Total	86.371.464	100,00

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

QUADRO 03 – CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Em R\$ mil

Especificação	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016
Ativos de Liquidez (A)			
Disponibilidades	197.642	209.975	184.575
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.244.319	12.445.108	9.465.283
Títulos e Valores Mobiliários Instrumentos Financeiros Derivativos	14.306.918	12.327.271	20.848.876
Relações Interfinanceiras	402.521	223.661	287.230
Operações de Crédito	11.736.297	12.199.910	11.138.407
Outros Créditos	1.897.708	1.836.751	1.684.309
Total dos Ativos Financeiros	36.785.405	39.242.676	43.608.680
Passivos de liquidez (B)			
Depósitos	11.925.427	10.750.747	10.607.320
Captações no Mercado Aberto	1.756.347	1.671.243	969.638
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.685.962	1.419.472	1.298.870
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.544.953	3.790.411	3.071.265
Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	8.652.860	12.324.184	17.637.800
Outros Passivos Financeiros	4.263.817	5.215.808	7.231.520
Total dos Passivos Financeiros	31.829.366	35.171.865	40.816.413
Saldos de Liquidez (A - B)	4.956.039	4.070.810	2.792.267
Índice de Liquidez (A/B)	115,57%	111,57%	106,84%

O Banco investe parcela relevante de seus recursos em títulos públicos federais, que são ativos considerados de elevada liquidez e também detém posições em títulos e valores mobiliários do setor privado.

O volume reduzido dos ativos(TVM's e IFD) de curto prazo é justificado pela gestão de tesouraria do Banco que tem concentrado suas aplicações em LFTs. Tais aplicações vêm, nos últimos exercícios, sendo realizadas em títulos cujos prazos são cada vez mais longos, em virtude da política de emissão de títulos do Governo Federal que tem provocado uma escassez de títulos públicos federais de curto prazo. Não obstante, considerando que referidos títulos são de altíssima liquidez, o fato de estarem classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo não implica em redução da liquidez efetiva do Banco.

10.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

QUADRO 04 – FONTES DE FINANCIAMENTO

Em R\$ Milhões

Especificação	2014	2015	2016
Fontes para Capital de Giro			
Depósitos	6.244,8	5.720,9	5.796,4
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.326,2	1.320,3	930,0
Mercado Aberto, Relações Interdependências e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.601,5	1.779,4	1.285,2
Outros (Benefícios a Empregados, FNE e outros)	6.258,5	7.110,8	8.372,5
Total das Fontes de Curto Prazo	16.431,0	15.931,4	16.384,1
Depósitos de Longo Prazo	5.260,2	4.697,5	4.556,0
Outros (FNE e outros)	4.658,5	7.882,3	13.198,3
Total das Fontes de Longo prazo	9.918,7	12.579,8	17.754,3
Total	26.349,7	28.511,2	34.138,4
Fontes para Ativos Não Circulantes			
Depósitos FAT	420,4	332,4	255,0
Mercado Aberto e Instrumentos Financeiros Derivativos	56,4	129,4	2,8
Títulos Emitidos no Exterior	794,5	1.194,6	988,3
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.218,8	2.470,1	2.141,2
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.605,3	1.792,3	2.012,9
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.272,9	1.408,6	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	1.000,0
Outros	2.119,1	2.740,1	2.420,1
Patrimônio Líquido	3.367,8	2.843,2	3.362,5
Total	11.855,2	12.910,7	12.182,7
Total Passivo	38.204,9	41.421,9	46.321,1

O Banco não vem apresentando deficiências de liquidez no financiamento de seus ativos. Essa margem de liquidez se deve, principalmente, pelo fato do Banco financiar parcela de seu capital de giro com recursos com prazos de exigibilidades superiores a 01 ano, representado pelo decréscimo de captações de depósito a prazo e pela elevação de obrigações de longuíssimo prazo, a exemplo das provisões para passivos contingentes do FNE e as decorrentes de benefícios pós-emprego. Outro fator relevante é a manutenção em seu capital de giro, em média, nos três últimos exercícios, de mais de 50% dos recursos aplicados em títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras, ambos com liquidez imediata (R\$ 22.551,2 milhões em 2014; R\$ 24.772,4 milhões em 2015; e R\$ 30.314,2 milhões em 2016).

Registra-se, de modo semelhante, confortável liquidez quanto ao financiamento de ativos não circulantes. Dentre as fontes de financiamento, destacam-se as outras obrigações, representadas por recursos estáveis provenientes dos ingressos do Tesouro para o Fundo Constitucional de

Financiamento do Nordeste (FNE), de contratação de Dívida Subordinada, de instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital, da emissão de títulos no exterior e, ainda, oriundos de outras obrigações a exemplo das provisões para benefícios pós-emprego e outras.

Importa ressaltar que, a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido, calculada sobre o saldo apresentado em 31.12.2016 foi de 21,8% a.a. Esse índice foi de 10,8% a.a. em 31.12.2015. Quando calculada sobre o Patrimônio Líquido médio apresentado ao término de 2016, a rentabilidade passa para 24,3% a.a. (10,3% a.a. em 2015). Tal rentabilidade, está diretamente relacionada ao Resultado Bruto da Intermediação Financeira, que registrou um acréscimo de 19,3% no período, decorrente, de modo relevante, pela redução das despesas com Operações de Captação no Mercado, Operações de Empréstimos e Repasses e pela redução de despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, como demonstrado no subitem 5 do item 10.1.h a seguir.

10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes para cobertura de deficiências de liquidez

A situação de liquidez do Banco é confortável tanto em relação ao financiamento para capital de giro quanto para investimentos em ativos não circulantes, conforme evidenciado nos itens 10.1.c e 10.1.d.

Ademais, o Banco atua de maneira diligente por meio de parâmetros estabelecidos em suas políticas de tesouraria e de gestão de risco e de instrumentos de gestão, no sentido de antecipar quaisquer movimentos e cenários que possam comprimir sua posição de liquidez.

Dessa maneira, se necessário, o Banco poderá utilizar-se dos mecanismos usuais para aumento do volume dos depósitos a prazo bem como, se for o caso, realizar emissões de títulos nos mercados nacionais e internacionais, contando nesse caso com *ratings* de crédito em linha com o *rating* soberano.

No entanto, no Quadro 03 anterior demonstramos uma posição confortável para cobrir as obrigações exigíveis de curto e longo prazo assumidas pelo Banco.

10.1.f. níveis de endividamento e as características das dívidas

QUADRO 05 – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Índice	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016
Índice de Endividamento	5,04	5,75	7,62

O Índice de Endividamento, representado pelo Passivo Exigível em relação ao Passivo Não Exigível, registrou um acréscimo de 2015 para 2016.

Em 21.12.2016, o Bacen autorizou a inclusão no Patrimônio de Referência (PR) de Nível I, do Banco, na condição de Capital Principal, o contrato de novação e confissão de dívida firmado junto à União Federal, denominado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, que substituiu o contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, que estava registrado no Nível II do PR até 31.12.2015.

Portanto, no Passivo Exigível não são considerados os Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e a Dívida Subordinada Elegível a Capital. Ainda assim, o índice se elevou em decorrência das obrigações com o FNE que são de longo prazo.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

QUADRO 06 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em R\$ mil

Especificação	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016
CIRCULANTE	2.301.227	1.637.709	1.240.653
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	891.420	224.885	310.611
Empréstimos no País	-	-	-
Empréstimos no Exterior	1.066.651	1.000.882	637.742
Repasses do País	144.935	150.552	150.736
Repasses do Exterior	114.573	168.823	141.564
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	83.648	92.567	-
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	5.891.517	6.865.632	6.142.356
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	794.542	1.194.587	988.259
Empréstimos no País	-	-	-
Repasses do País	1.486.152	1.558.594	1.518.511
Repasses do Exterior	732.642	911.560	622.712
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.272.892	1.408.609	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	1.000.000
Dívida Subordinada	1.605.289	1.792.282	2.012.874
TOTAL	8.192.744	8.503.341	7.383.009

O quadro acima mostra um breve resumo, no final dos exercícios 2014, 2015 e 2016, das obrigações por empréstimos e financiamentos assumidas pelo Banco do Nordeste. O Banco tem uma concentração dos vencimentos no longo prazo, o que evidencia a administração conservadora e prudencial do fluxo financeiro do Banco.

Nos exercícios de 2015 e 2016, o Banco emitiu Letras de Crédito do Agronegócio – LCA com prazo médio de 184 dias, sendo a taxa de atualização média de 83,99% do CDI a.a. “pro rata” até o vencimento, cujo saldo em 31.12.2016, é de R\$ 302,7 milhões, registradas em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.

As operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pela captação de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

As obrigações por empréstimos e repasses contratados são oriundas de várias fontes, sendo as principais decorrentes de relações mantidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES (R\$ 1.552,5 milhões) e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (R\$ 764,2 milhões).

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26 de novembro 2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000 milhão, já efetivamente integralizado. O referido contrato foi substituído por um novo contrato de novação e confissão de dívida firmado junto à União Federal, denominado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal. Na posição de 31.12.2016, o saldo é de R\$ 1.000,0 milhões.

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Banco Central, no montante de R\$ 2.012,9 milhões em 31.12.2016.

Saliente-se que o Banco do Nordeste realiza os repasses e empréstimos, no mínimo, com base nos encargos e prazos dos passivos, mantendo a exigência da prestação de garantias reais e fidejussórias, além de avais e fianças para assegurar o equilíbrio do fluxo de caixa e o ressarcimento do crédito.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Atualmente não existem outras relações significativas de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 2009, o Banco Central do Brasil aprovou o enquadramento da operação de repasse do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, como capital de nível II do Patrimônio de Referência do Banco do Nordeste do Brasil, na categoria de dívida subordinada que registra o montante de R\$ 2.012,9 milhões em 31.12.2016.

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26 de novembro 2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000 milhão, já efetivamente integralizado. O referido contrato foi substituído por um novo contrato de novação e confissão de dívida firmado junto à União Federal, denominado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal. Na posição de 31.12.2016, o saldo é de R\$ 1.000,0 milhões tendo como remuneração o índice de rentabilidade sobre Patrimônio Líquido.

Os demais recursos de terceiros são classificados como exigíveis, no mesmo grau de subordinação.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., na qualidade de sociedade de economia mista federal, criado pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952, tem como controlador acionário a União Federal, estando essa condição de acionista controlador preservada, consoante disposto no artigo 6º do Estatuto Social. Por se tratar de entidade da Administração Pública Federal Indireta, o Banco está sujeito aos ditames da Lei Nº 8.666, de 21.06.1993, no que tange à alienação de ativos, e do Decreto Nº 93.872, de 23.12.1986, no que toca à emissão de valores mobiliários.

10.1.g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os recursos dos financiamentos contratados são utilizados conforme disposto nos respectivos instrumentos contratuais.

10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

QUADRO 07 – ATIVOS TOTAIS

Especificação	Em R\$ milhões		
	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016
Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras e TVM	22.748,9	24.982,4	30.498,7
Relações Interfinanceiras	402,5	223,7	287,2
Operações de Crédito (Líquido de Provisões)	11.736,3	12.199,9	11.138,4
Outros Créditos (Líquido de Provisões)	3.059,9	3.749,5	4.150,4
Outros Valores e Bens	27,7	32,0	31,8
Permanente	229,8	234,5	214,6
Total	38.205,0	41.421,9	46.321,1

1) ATIVOS TOTAIS - Análise 2015 em relação a 2014

Ao término de 2015, os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram um acréscimo de **8,4%** em relação ao final de 2014. Nos ativos do BNB também estão os recursos disponíveis do FNE (**R\$ 5.231,5 milhões**) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (**R\$ 6.092,8 milhões**). O crescimento dos saldos de ativos do BNB de dezembro de 2014 para dezembro de 2015 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários e no saldo de Outros créditos. O crescimento dos ativos foi possível em função do aporte de novos recursos, a saber: aumento das disponibilidades do FNE em **R\$ 3.534,2 milhões**; acréscimo no saldo das obrigações por repasse em moeda estrangeira no valor de **R\$ 233,2 milhões**; incremento no volume de captação de Depósitos à vista em **R\$ 157,8 milhões**; acréscimo nas captações de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) no valor de **R\$ 132,0 milhões**; aumento do FDNE Repasses no montante de **R\$ 117,3 milhões**; incorporação de receitas aos ativos; e retenção de resultados e lucros no período.

Os saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, cresceram **4,0%** (**R\$ 463,6 milhões**) em 2015. As principais movimentações de 2015, em relação aos saldos findos em 2014, na carteira de crédito, foram: elevação no saldo de operações do Programa Crediamigo no valor de **R\$ 317,3 milhões**; incremento de **R\$ 220,7 milhões** em operações de crédito com recursos internos; acréscimo de **R\$ 219,8** no saldo de aplicações com recursos do BID; acréscimo das operações de crédito de FDNE Repasses no montante de **R\$ 117,5 milhões**; decréscimo de **R\$ 171,0 milhões** em operações de câmbio financiadas com captações externas; redução em operações de repasses do FNE em **R\$ 69,8 milhões**; decréscimo de **R\$ 43,5 milhões** em operações de financiamentos de longo prazo com recursos do BNDES/FINAME; e decréscimo de **R\$ 16,4 milhões** nos saldos de operações de crédito com recursos do FAT. Ressalta-se que ocorreu acréscimo nas provisões para créditos de liquidação duvidosa, no montante de **R\$ 237,3 milhões**, que retificam as operações de crédito e outros créditos.

2) ATIVOS TOTAIS - Análise 2016 em relação a 2015

Ao término de 2016, os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 46,3 bilhões, representando um acréscimo de **11,8%** em relação ao final de 2015. Nos ativos do BNB também estão os recursos disponíveis do FNE (**R\$ 11,3 bilhões**) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de

recursos (**R\$ 5,4 bilhões**). O crescimento dos saldos de ativos do BNB em dezembro de 2016 em relação a dezembro do ano anterior se deu, principalmente, por conta do acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Tal crescimento ocorreu, basicamente, em função do aumento de **R\$ 5,3 bilhões** no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos do FNE.

Já em relação aos saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, verificou-se retração de **8,7%**, o que corresponde a **R\$ 1,1 bilhão** na comparação entre 2016 e 2015. As principais movimentações de 2016, em relação aos saldos findos em 2015, na carteira de crédito, foram: redução de **R\$ 287,0** no saldo de aplicações com recursos do BID; decréscimo de **R\$ 221,2 milhões** em operações de câmbio financiadas com captações externas; redução de **R\$ 194,4 milhões** no saldo de aplicações com recursos da STN; decréscimo no saldo de operações do Programa Crediamigo no valor de **R\$ 102,9 milhões** e incremento de **R\$ 210,9 milhões** em operações de crédito com recursos internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB). Registre-se que ocorreu acréscimo nas provisões para créditos de liquidação duvidosa, no montante de **R\$ 303,1 milhões**, que retificam as operações de crédito e outros créditos.

Em 2016, os saldos totais de ativos do FNE cresceram **12,6%** (ver Quadro 1), por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Durante o exercício de 2016, ingressou no patrimônio do FNE um total de **R\$ 7,3 bilhões**, contra R\$ 6,4 bilhões ingressados no exercício anterior. Quando são comparadas as posições de dezembro de 2016 e dezembro de 2015, percebe-se um acréscimo de **R\$ 5,3 bilhões** (aumento de **47,2%**) no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos e de **4,2%** (**R\$ 2,0 bilhões**) nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (retificados por provisões).

QUADRO 08 – RECURSOS TOTAIS

Em R\$ milhões

Especificação	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
Depósitos à vista	175,2	333,0	346,0
Depósitos de poupança	1.956,2	1.854,9	2.113,3
Depósitos a prazo	8.367,6	7.353,3	6.949,0
. FAT	420,4	332,4	255,0
. Finor – Disponibilidades	189,9	210,4	390,0
. Reinvestimentos Lei No. 8.167	304,2	315,7	266,0
. CDB	7.453,1	6.494,8	6.038,0
Depósitos Interfinanceiros e Outros	1.426,4	1.209,6	1.198,8
Captações no Mercado Aberto	1.756,3	1.671,2	969,6
L.C.A (Letra de Crédito do Agronegócio)	83,4	215,4	302,7
Emissão de Títulos no Exterior	1.602,5	1.204,0	996,1
Relações Interfinanceiras e Interdependências	10,1	12,8	7,8
Obrigações por Empréstimos	1.066,7	1.000,9	637,7
. Empréstimos no País	-	-	-
. Empréstimos no Exterior	1.066,7	1.000,9	637,7
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.631,1	1.709,1	1.669,2
. BNDES e FINAME	1.630,4	1.708,7	1.668,8
. Outras Instituições	0,7	0,4	0,5
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	847,2	1.080,4	764,3

Provisões Sociais e Estatutárias	160,7	46,7	164,5
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	438,2	583,9	618,7
Recursos FNE (Disponibilidades)	7.798,6	11.332,8	16.674,5
Fundo de Marinha Mercante FMM	107,1	124,5	107,5
Recursos FDNE Repasse	662,1	779,4	758,8
Outros Fundos e Programas	85,1	87,5	97,0
Passivos Contingentes	2.455,2	3.226,2	3.581,6
. FNE	2.062,7	2.792,4	3.229,3
. Causas Trabalhistas	221,6	249,5	172,9
. Causas Cíveis e Outras	142,3	146,5	168,7
. Outros Passivos Contingentes	28,6	37,8	10,7
Pagamentos a Efetuar	1.116,3	1.263,4	1.729,0
. Benefícios a Empregados (Deliberação CVM 695)	878,5	1.065,0	1.287,6
. Outros	237,8	198,4	441,4
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (FNE)	1.605,3	1.792,3	2.012,9
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.356,5	1.501,2	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	1.000,0
Outras Obrigações	129,5	196,3	259,3
Total das obrigações para com terceiros	34.837,2	38.578,7	42.958,6
Patrimônio Líquido	3.367,8	2.843,2	3.362,5

3) RECURSOS TOTAIS - Análise 2015 em relação a 2014

As captações de recursos na modalidade de depósitos a prazo (CDB) apresentaram uma redução de 12,9% (R\$ 958,3 milhões) em relação ao ano anterior, registrando no encerramento do exercício de 2015 um saldo de R\$ 6.494,8 milhões, inferior aos R\$ 7.453,1 milhões alcançados em 2014. Esta variação deveu-se, principalmente, à estratégia de redução do custo médio de captação da carteira própria possibilitada através da não renovação de lotes anteriormente captados a taxas mais elevadas. As captações realizadas por meio de Certificados de Depósitos Interfinanceiros totalizaram R\$ 1.209,6 milhões em 31.12.2015, representando uma redução de 15,2% sobre o saldo de 31.12.2014 (R\$ 1.426,4 milhões). Do total registrado nesta rubrica, cerca de 80,0% referem-se às captações realizadas em Depósitos Interfinanceiros de Microfinanças (DIM), que apresentaram o volume de R\$ 966,8 milhões em 31.12.2015, significando uma redução de 15,7% sobre o saldo de 31.12.2014 (R\$ 1.146,8 milhões). A redução verificada deveu-se, principalmente, ao ambiente macroeconômico da economia nacional que impactou negativamente nos saldos de depósitos à vista das instituições financeiras parceiras e como consequência implicou em um menor volume de captação por ocasião da renovação de depósitos interfinanceiros de microfinanças captados anteriormente.

Os registros da rubrica Captações no Mercado Aberto referem-se às captações realizadas em Operações Compromissadas, que na posição 31.12.2015 apresentaram o volume de R\$ 1.671,2 milhões, reduzindo em R\$ 85,1 milhões o volume realizado na posição de 31.12.2014 (R\$ 1.756,3 milhões), o que representa uma redução de 4,8% no valor das operações. Os recursos captados nessas operações têm compromisso de recompra, com garantia em Títulos do Governo Brasileiro (LFT).

A redução de 6,2% (R\$ 65,8 milhões) no saldo da conta de Obrigações por Empréstimos, observado na posição de 31.12.2015, comparado com a posição de 31.12.2014, se explica pelos seguintes fatos:

- a) Obrigações por Empréstimos no País – Em 15.08.2014 foi realizado o pagamento da última parcela da obrigação junto à fonte, no valor de R\$ 20,4 milhões (principal e juros). Assim, não há saldo nesta rubrica ao final do exercício de 2014 e de 2015.
- b) Obrigações por Empréstimos no Exterior – Ao final do exercício de 2015, os saldos de obrigações por empréstimos no exterior tiveram um incremento de 27,5%, particularmente impactado pela desvalorização do Real frente as moedas fortes, principalmente o Dólar Americano que no período apreciou-se 47,0%. As contratações de operações de comércio exterior no ano foram 6,6% menores dos que o registrado em 2014, conseqüentemente, houve uma ligeira redução da necessidade de captação de recursos no exterior por parte do BNB.

Ao final de 2015, encontra-se registrado em Dividendos e Bonificações a Pagar o valor de R\$ 18,3 milhões do qual, R\$ 17,8 milhões referem-se aos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) complementares ao valor antecipado no 1º semestre, que compõem a parcela correspondente ao percentual mínimo obrigatório de 25% do Lucro Líquido Ajustado, previsto no artigo 59 do Estatuto Social.

Em participações nos lucros, encontra-se registrado o montante de R\$ 28,4 milhões, sendo R\$ 0,9 milhão referentes aos administradores e R\$ 27,5 milhões alusivos aos empregados da instituição.

Os saldos de **Obrigações Fiscais e Previdenciárias** totalizam na posição de 31.12.2015 o valor de R\$ 583,94,0 milhões (R\$ 438,2 milhões em 31.12.2014). Observou-se neste grupo um aumento de R\$ 145,8 milhões, valendo destacar abaixo as movimentações mais relevantes:

Provisões para IRPJ e CSLL – O saldo registrado em 31.12.2015 é de R\$ 339,2 milhões (R\$ 192,2 milhões em 31.12.2014), observando-se um aumento de R\$ 147,0 milhões, e Impostos e Contribuições a Recolher com aumento observado de R\$ 10,7 milhões- o saldo registrado em 31.12.2015 é de R\$ 83,7 milhões (R\$ 73,0 milhões em 31.12.2014).

A elevação do saldo total de **Recursos FNE (Disponibilidade e Outros)**, de R\$ 7.798,6 milhões em 2014 para R\$ 11.332,8 milhões em 2015, é explicada pelo aumento do volume de transferências da Secretaria do Tesouro Nacional, pelo crescimento da remuneração dos recursos disponíveis (taxa extramercado) e pela elevação do volume dos reembolsos de operações de crédito.

Em 2013, o Banco do Nordeste, na qualidade de agente operador do FDNE, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE celebraram contratos para operacionalização dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE no âmbito de projetos de financiamentos mediante instrumentos particulares de abertura de crédito com as empresas beneficiárias dos financiamentos, explicando o saldo de R\$ 662,1 milhões, verificado ao final do exercício de 2014 em **Recursos FDNE Repasse**.

Ao final do exercício de 2015, os recursos captados junto ao FDNE para efeito de contratação de operações de financiamento tiveram um acréscimo de **17,7%**, variação de **R\$ 117,3 milhões (R\$ 779,4 milhões** em dezembro/15, contra R\$ 662,1 milhões em dezembro/14). Esse aumento decorreu, basicamente, pelos fatos a seguir: **(i)** ingressos de recursos ocorridos ao longo do ano de 2015, da ordem de **R\$ 134,9 milhões;** **(ii)** capitalização de juros, no valor de **R\$ 11,4 milhões;** e **(iii)** reembolsos efetuados à fonte durante o ano de 2015, que totalizaram **R\$ 29,0 milhões** (já incluídos os juros).

O aumento de 11,6% (R\$ 187,0 milhões) no saldo da rubrica **Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital**, na posição de 31.12.2015 se explica, basicamente, pelo efeito da capitalização dos encargos contratuais nos saldos dos recursos disponíveis (enquanto não aplicados), que são remunerados pela taxa extramercado (divulgada pelo BACEN); e dos recursos aplicados mediante liberação aos

mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, que são atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito (10% a.a. ou 9,5% a.a.), conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

O saldo de **Instrumentos Híbrido de Capital e Dívida** de R\$ 1.501,2 milhões, na posição 31.12.2015, é resultado do acréscimo de 10,7% (R\$ 144,7 milhões). O crescimento decorre, basicamente, do resultado entre a capitalização dos encargos contratuais (IPCA + 6,5715% a.a.) no período, no montante de R\$ 231,9 milhões e do pagamento anual de juros, ocorrido em maio de 2015, no valor de R\$ 87,2 milhões (inclui atualização pela taxa SELIC no período de 02/01 a 14.05.2015).

4) RECURSOS TOTAIS - Análise 2016 em relação a 2015

As captações de recursos na modalidade de depósitos a prazo (CDB) apresentaram uma redução de 7,0% (R\$ 456,8 milhões) em relação ao ano anterior, registrando no encerramento do exercício de 2016 o saldo de R\$ 6,0 bilhões, inferior aos R\$ 6,5 bilhões alcançados em 2015. Esta variação deveu-se, principalmente, por conta da adequação aos níveis apropriados de funding demandados pela carteira de crédito comercial, possibilitando ainda a redução do custo médio de captação da carteira. O saldo da conta de Depósitos Judiciais com Remuneração registrou redução de 45,1%, na ordem de R\$ 138,2 milhões (R\$ 168,4 milhões em 31.12.2016, contra R\$ 306,6 milhões em 31.12.2015), notadamente, em função da transferência do valor líquido de R\$ 154.571.268,98 dos Depósitos Judiciais, sob a responsabilidade do TJ-CE, para a Caixa Econômica Federal (CEF), a qual foi à vencedora de Processo Licitatório feito por aquele Tribunal para ser depositária dos recursos do TJ-CE. As captações realizadas por meio de Certificados de Depósitos Interfinanceiros totalizaram R\$ 1,2 bilhão em 31.12.2016, representando uma leve redução de 0,8% sobre o saldo de 31.12.2015. Do total registrado nesta rubrica, cerca de 85,6% se referem às captações realizadas em Depósitos Interfinanceiros de Microfinanças (DIM), que apresentaram o volume de R\$ 1,0 bilhão em 31.12.2016, significando uma elevação de 6,2% sobre o saldo de 31.12.2015 (R\$ 966,8 milhões).

Os registros da rubrica Captações no Mercado Aberto se referem às captações realizadas na modalidade de Operações Compromissadas de Venda com Recompra, inclusive com os Fundos de Investimentos geridos pelo Banco, nas quais são utilizados títulos públicos como lastro das operações. Na posição 31.12.2016, as captações realizadas em Operações Compromissadas apresentaram o saldo de R\$ 969,6 milhões, evidenciando a redução de R\$ 701,6 milhões no valor das operações quando comparado à posição de 31.12.2015 (R\$ 1,7 bilhão). A redução observada ocorreu como consequência da migração da custódia de alguns fundos do BNB para outra instituição, o que acarretou na diminuição do montante das Operações Compromissadas de Venda com Recompra realizadas com o Banco.

Os saldos de obrigações por empréstimos no exterior em 2016, tiveram decréscimo de 36,3% (R\$ 363,2 milhões) em relação ao exercício anterior, em virtude da redução na demanda por contratação de cartas de crédito de importação a prazo.

Ao final de 2016, encontra-se registrado em Dividendos e Bonificações a Pagar o valor de R\$ 118,9 milhões, do qual R\$ 118,6 milhões referem-se aos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) complementares ao valor antecipado no 1º semestre, que compõe a parcela correspondente ao percentual mínimo obrigatório de 25% do Lucro Líquido Ajustado, previsto no artigo nº 59 do Estatuto Social.

Em Participações nos Lucros, encontra-se registrado o montante de R\$ 45,7 milhões, sendo R\$ 1,5 milhão referente aos administradores e R\$ 44,2 milhões alusivo aos empregados da instituição. Vale ressaltar que R\$ 43,8 milhões referem-se à provisão para PLR dos empregados Exercício 2016.

Os saldos das **Obrigações Fiscais e Previdenciárias** totalizam na posição de 31.12.2016 o valor de R\$ 618,7 milhões (R\$ 584,0 milhões em 31.12.2015). Observou-se neste grupo um aumento de R\$ 34,8 milhões (6,0%), explicado pelas movimentações consideradas mais relevantes, a saber:

Provisões para IRPJ e CSLL – O saldo registrado em 31.12.2016 foi de R\$ 335,7 (R\$ 339,2 milhões em 31.12.2015). Essa rubrica apresentou uma redução de R\$ 3,5 milhões (1,0%), e Impostos e Contribuições a Recolher que em 31.12.2016 teve um saldo registrado de R\$ 88,8 milhões (R\$ 83,7 milhões em 31.12.2015). O aumento de R\$ 5,1 milhões (6,1%) é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial de 2016, que impactou nas retenções de IRPF, Previdência, FGTS e outros;

A elevação do saldo total de **Recursos FNE (Disponibilidades e Outros)**, de R\$ 11,3 bilhões em 2015 para R\$ 16,7 bilhões em 2016, tem como principais motivos o aumento do volume de transferências da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de R\$ 6,4 bilhões em 2015 para R\$ 7,3 bilhões em 2016, pelo crescimento da remuneração dos recursos disponíveis (taxa extramercado), de R\$ 1,2 bilhão em 2015 para R\$ 1,7 bilhão em 2016, e pela elevação no volume dos reembolsos de operações de crédito, que passou de R\$ 9,5 bilhões em 2015 para R\$ 10,2 bilhões em 2016.

Ao final do exercício de 2016, os recursos captados junto ao FDNE para efeito de contratação de operações de financiamento apresentaram um decréscimo de **2,6%**, variação de **R\$ 20,6 milhões (R\$ 758,8 milhões em 31.12.2016, contra R\$ 779,4 milhões em 31.12.2015)**. Essa redução decorreu basicamente dos fatos a seguir: **(i)** reembolsos efetuados à fonte durante o ano de 2016, que totalizaram **R\$ 38,0 milhões** (já incluídos os juros); **(ii)** ingressos de recursos ocorridos ao longo do ano de 2016, no montante de **R\$ 4,5 milhões**; e **(iii)** capitalização de juros, no valor de **R\$ 12,9 milhões**.

Com relação à rubrica **Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital** importante considerar que: Em 20.07.2009, o Banco Central do Brasil, por meio do Ofício DEORF/Cofil – 2009/07394, aprovou o enquadramento de operação de repasse de recursos do FNE ao BNB, no montante de R\$ 600 milhões, como Capital de Nível II no Patrimônio de Referência (PR) do Banco, na categoria de dívida subordinada, ao amparo da Resolução CMN Nº 3.444/07. Em 16.06.2010, por meio do Ofício DEORF/Cofil – 2010/05338, o Banco Central do Brasil considerou elegível a Capital de Nível II nova operação de repasses do FNE ao BNB, no montante de R\$ 400 milhões. Findo o exercício de 2016, o saldo desta rubrica aumentou em 12,3%, apresentando uma variação de R\$ 220,6 milhões (R\$ 2.012,9 milhões em 31.12.2016, contra R\$ 1.792,3 milhões em 31.12.2015) em decorrência do efeito da capitalização dos encargos contratuais nos saldos dos recursos disponíveis (enquanto não aplicados), que são remunerados pela taxa extramercado (divulgada pelo BACEN), e dos recursos aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, que são atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito (10% a.a. ou 9,5% a.a.), conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

Em 19.01.2016, o contrato nº 592/ PGFN/CAF relativo ao **Instrumento Híbrido de Capital e Dívida - IHCD** foi extinto. Em substituição ao IHCD foi celebrado entre o BNB e a União o Contrato de nº 001/2016/PGFN/CAF de Novação e Confissão de Dívida, com os seguintes termos relacionados à dívida do IHCD: **(i)** conversão do valor de R\$ 1,0 bilhão para a modalidade de **Instrumento Elegível ao Capital Principal – IECF**; **(ii)** pagamentos em 18.02.2016 e 30.09.2016 do saldo remanescente do IHCD e dos juros apurados até 30/09/2015, que totalizaram **R\$ 502,0 milhões**; e **(iii)** pagamento em 20.05.2016 dos juros correspondentes ao período de 01/10/2015 a 18/01/2016, que totalizaram **R\$ 28,0 milhões** (inclui atualização pela taxa SELIC no período de 18/01 a 20.05.2016).

5) EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2016, um Patrimônio Líquido de **R\$ 3.362,5 milhões (R\$ 2.843,2 milhões, em 31.12.2015)**. A variação pode ser explicada pelos lucros apurados em 2016 (R\$ 732,1 milhões) e em 2015 (R\$ 305,7 milhões). Os detalhes da variação ocorrida no Patrimônio Líquido estão apresentados no quadro a seguir:

QUADRO 09 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em R\$ Milhões

Patrimônio Líquido em 31.12.2014	3.367,8
Lucro Líquido de 2015	305,7
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(249,2)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(183,2)
Realização da Reserva de Reavaliação	(0,5)
JCP e Dividendos Adicionais de 2014	(40,4)
Dividendos Adicionais de 2014 aprovados na AGO	(283,6)
Provisão para distribuição de JCP exercício 2015	(73,4)
Patrimônio Líquido em 31.12.2015	2.843,2
Lucro Líquido de 2016	732,1
Ajustes de Avaliação Patrimonial	134,8
Ganhos ou Perdas Atuariais	(172,9)
Reversão de Despesas de Ex. Anteriores	0,4
JCP Antecipados 1ºsem16 Atualizados Monetariamente	(56,5)
Provisão p/Distribuição JCP Complementares 2016	(118,6)
Patrimônio Líquido em 31.12.2016	3.362,5

QUADRO 10 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em R\$ milhões

Especificação	Exercício 2014	Exercício 2015	Exercício 2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.361,3	6.493,2	5.438,8
. Operações de Crédito	1.818,6	2.452,5	2.055,6
. Resultado de Oper. com Títulos e Valores Mobiliários	2.243,3	2.973,6	3.510,6
. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	103,5	665,0	-249,9
. Resultado de Operações de Câmbio	157,5	400,0	87,0
. Resultado das Aplicações Compulsórias	36,2	2,1	35,5
. Operações de Venda ou Transferência de Ativos	2,3	0,0	0,0
(-) DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-3101,1	-5.389,1	-4.121,1
. Operações de Captação no Mercado	-1.355,2	-2.171,3	-1.356,0
. Operações de Empréstimos e Repasses	-1.320,4	-2.215,1	-1.991,1
. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-425,6	-1002,7	-774,0
(=) RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1260,2	1.104,1	1.317,7
(+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-128,4	-866,1	-875,3
Receitas de Prestação de Serviços	1.844,4	2.023,9	2.248,4
Rendas de Tarifas Bancárias	37,8	52,4	61,0

Despesas de Pessoal	-1.518,7	-1.565,8	-1.804,9
. Proventos, Encargos e Benefícios	-1.382,6	-1.409,1	-1.610,9
. Provisões Benefícios Pós-emprego	-136,1	-156,7	-194,1
Outras Despesas Administrativas	-901,3	-995,4	-1.145,6
Despesas Tributárias	-236,6	-267,4	-288,5
Outras Receitas Operacionais	1.645,3	1.601,8	2.160,6
Outras Despesas Operacionais	-999,3	-1.715,6	-2.106,3
(=) RESULTADO OPERACIONAL	1.131,8	238,0	442,4
(+/-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	5,6	1,4	-0,3
(=) RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	1.137,4	239,4	442,1
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-299,4	119,1	335,5
. Provisão para Imposto de Renda	-113,2	-233,2	-182,4
. Provisão para Contribuição Social	-73,0	-172,2	-149,9
. Ativo Fiscal Diferido	-113,2	524,5	667,7
(-) PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-90,6	-52,8	-45,5
(=) LUCRO LÍQUIDO	747,4	305,7	732,1

6) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Análise 2015 em relação a 2014

O lucro líquido de 2015 importou em R\$ 305,7 milhões, montante 59% inferior ao apresentado em 2014 (R\$ 747,4 milhões). O lucro líquido por ação que, em 31.12.2014, era R\$ 8,65, passou para R\$ 3,54 em 31.12.2015.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira registrou uma redução de 12,39% no período, decorrente, de modo relevante, pelo aumento das despesas com Operações de Captação no Mercado, Operações de Empréstimos e Repasses e pelo aumento de despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, a qual passou de R\$ R\$ 425,6 milhões no ano de 2014 para R\$ R\$ 1.002,7 milhões em 2015, verificando-se um aumento da ordem de 135,6%. Esse acréscimo é explicado,preponderantemente, pela elevação do nível de inadimplência.

Em Outras Receitas Operacionais, destacamos a elevação de rendas de Del Credere de fundos públicos administrados pelo Banco, em função do crescimento dos saldos das aplicações com risco para o Banco, decorrente dos desembolsos de créditos e dos encargos sobre os financiamentos. Destaque-se também uma redução de R\$ 43,1 milhões no total de receitas de recuperação de operações de crédito, anteriormente honradas pelo BNB, totalizando R\$ 91,3 milhões em 31.12.2015 contra R\$ 134,4 milhões em 31.12.2014.

Foi registrado um aumento de 166,6% nas despesas com o passivo contingente do FNE em Outras Despesas Operacionais da ordem de R\$ 1.141,8 milhões em função da queda da qualidade do risco da carteira de crédito com recursos do FNE.

7) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Análise 2016 em relação a 2015

O lucro líquido de 2016 importou em R\$ 732,1 milhões, montante 139,5% superior ao apresentado em 2015 (R\$ 305,7 milhões). O lucro líquido por ação que, em 31.12.2015, era de R\$ 3,54, passou para R\$ 8,48 em 31.12.2016.

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido, calculada sobre o saldo apresentado em 31.12.2016 foi de 21,8% a.a. Esse índice foi de 10,8% a.a. em 31.12.2015. Quando calculada sobre o Patrimônio

Líquido médio apresentado ao término de 2016, a rentabilidade passa para 24,3% a.a. (10,3% a.a. em 2015).

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira registrou um acréscimo de 19,3% no período, decorrente, de modo relevante, pela redução das despesas com Operações de Captação no Mercado, Operações de Empréstimos e Repasses e pela redução de despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, a qual passou de R\$ 1.002,7 milhões no ano de 2015 para R\$ 774,0 milhões em 2016, verificando-se uma redução da ordem de 22,8%. O decréscimo nesta rubrica é explicado, preponderantemente, pela redução da inadimplência.

Em Outras Receitas Operacionais, destacamos a elevação de rendas de Del Credere de fundos públicos administrados pelo Banco, em função do crescimento dos saldos das aplicações com risco para o Banco, decorrente dos desembolsos de créditos e dos encargos sobre os financiamentos. Destaque-se também uma redução de R\$ 42,9 milhões no total de receitas de recuperação de operações de crédito, anteriormente honradas pelo BNB, totalizando R\$ 48,4 milhões em 31.12.2016 contra R\$ 91,3 milhões em 31.12.2015.

Foi registrada uma redução de 15,1% nas despesas com o passivo contingente do FNE em Outras Despesas Operacionais da ordem de R\$ 969,4 milhões em função da melhora do risco da carteira de crédito com recursos do FNE.

10.2.a. resultados das operações, em especial:

- i. **descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- ii. **fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os componentes de receita e fatores importantes que afetaram materialmente os resultados operacionais são os comentados nos itens anteriores.

10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

- a) **Rendas de Operações de Crédito** – O volume de receitas em 2016 foi **16,2%** inferior ao apresentado em 2015 (R\$ 2,1 bilhões em 2016 ante 2,5 bilhões). Contribuíram para este desempenho os seguintes itens:
- i. **As Operações de Infraestrutura e Desenvolvimento**, cujas receitas decresceram foram de R\$ 159,9 milhões em 2016, ante R\$ 497,2 milhões em 2015. Tal queda foi decorrência, em grande parte, do comportamento da variação cambial, que em 2016 foi negativa em 16,6%, contra uma variação positiva de 47,0% em 2015;
 - ii. A **“Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo”** que em 2015 havia sido de R\$ 256,4 milhões, foi de apenas R\$ 99,6 milhões em 2016, reflexo do contexto de retração da atividade econômica;
 - iii. **Operações em moeda estrangeira**, cujas rendas tiveram uma queda brusca e foram de R\$ 4,8 milhões em 2016, contra R\$ 151,5 milhões em 2015, também em decorrência, principalmente, da variação cambial;
 - iv. **As Rendas de Financiamentos Rurais**, que tiveram uma redução de 18,6% em 2016, na comparação com o exercício anterior (R\$ 196,5 milhões em 2016, contra R\$ 241,5 milhões em 2015), em decorrência, principalmente, do comportamento do IGP-M, índice que corrige as operações renegociadas com base na Resolução do CMN nº 2.471, de 26.02.1998, e que apresentou menor variação de 2016 (7,1% em 2016, contra 10,5% em 2015);

- v. As **Rendas de Direitos Creditórios Descontados**, que apresentaram uma redução da ordem de 9,4% (R\$ 12,3 milhões em 2016, contra R\$ 13,6 milhões em 2015). Essa redução decorreu, basicamente, pela diminuição da carteira em função da liquidação de operações.
 - vi. Já as **Rendas de Empréstimos** apresentaram um acréscimo da ordem de 23,4%, totalizando R\$ 1.109,6 milhões em 2016, contra R\$ 899,3 milhões em 2015. Esse acréscimo decorreu, principalmente, dos fatos a seguir destacados: a) as Rendas de operações do Crediamigo, que apresentaram acréscimo de R\$ 170,8 milhões (R\$ 591,7 milhões em 2016, contra R\$ 420,9 milhões em 2015); b) as Rendas de operações de Capital de Giro com Fundo de Liquidez, que tiveram acréscimo da ordem de R\$ 19,0 milhões; c) as Rendas oriundas de Composição de Dívidas, que apresentaram acréscimo de R\$ 12,7 milhões, decorrente do aumento de renegociações de operações em 2016; d) as Rendas das operações do Cartão de Crédito, que tiveram acréscimo de R\$ 7,6 milhões; e) as Rendas das operações de CDC, que tiveram acréscimo de 6,8 milhões; f) em contrapartida, as Rendas de operações de Contas Garantidas (Conta Empresarial/Cheque Empresa/Cheque Conterrâneo) tiveram um decréscimo da ordem de R\$ 6,7 milhões, em função da redução da carteira; e
- b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários** – O resultado de operações com títulos e valores mobiliários, em 2016, foi de R\$ 3.510,6 milhões, apresentando um acréscimo de 18,1%, se comparado a 2015 (R\$ 2.973,6 milhões). Predominantemente, além de um maior volume de títulos (LFT principalmente), esse resultado pode ser atribuído a uma elevação nos principais indexadores dos papéis que compõem a carteira de TVM do BNB: variação Taxa SELIC (2016: 14,02% a.a. / 2015: 13,21% a.a); Taxa CDI (2016: 14,00% a.a / 2015: 13,18% a.a.).
- c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos** – O resultado apresentado nesta rubrica variou negativamente em relação a 2015 (-137,6%). Em se tratando de contratos de swap cambial, esse resultado foi decorrente principalmente da variação cambial negativa observada no ano de 2016 (-16,54%); em 2015 essa variação havia sido positiva em 47,01%. Impactou também esse resultado a marcação a mercado dessas operações. Destaca-se, todavia, que as operações de derivativos são usadas exclusivamente para hedge de posições ativas e passivas e os resultados obtidos nessa rubrica estão compensados por resultados equivalentes nas rubricas de operações de crédito e de câmbio.
- d) Resultado de Operações de Câmbio** – O decréscimo de 78,3% no resultado de operações de câmbio foi decorrente, em grande parte, pela redução verificada nas rubricas Rendas de Variações e Diferenças de Taxas (64,6% em relação a 2015) e Rendas de Disponibilidades em Moedas Estrangeiras (82,7% em relação a 2015), em função da diminuição de 30% da carteira de operações de comércio exterior ao longo do exercício, bem como da apreciação anual de 16,5% do Real em relação ao Dólar Americano.
- e) Resultado de Aplicações Compulsórias** – A elevação de 1.598,5% (R\$ 33,4 milhões) nessa rubrica deveu-se, principalmente, a: i) crescimento em R\$ 38 milhões pela reversão de provisão para ajuste a valor de mercado dos títulos vinculados ao FCVS que apresentaram ágio no mercado secundário, bem como pela reversão de provisão para ajuste dos saldos da carteira de Financiamento Imobiliário e perda operacional no processo de Novação; e ii) redução de R\$ 4,9 milhões nas rendas de créditos vinculados ao Banco Central devido a implantação, pelo BACEN, de dedução de R\$ 200 milhões na exigibilidade de encaixe obrigatório sobre os recursos da poupança a partir de 22/06/2015 (Circulares nº 3.757, de 28/05/2015, e 3.794, de 15/06/2016).

10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

O impacto no resultado operacional do Banco decorrente de oscilações nas taxas de juros e inflação é inerente à atividade bancária. Os efeitos permeiam toda a Demonstração de Resultados da Instituição. Dessa forma, apresentamos o que as variações do IGP-M (índice de preços) e a cambial acarretaram em nossas receitas e despesas, por serem os itens mais relevantes.

A variação do IGP-M foi positiva de 7,1% em 2016 contra uma variação positiva de 10,54% em 2015. O principal ativo do Banco indexado ao IGP-M corresponde às operações refinanciadas com o Governo Federal, de acordo com a Lei 8.727, de 5.11.1993.

QUADRO 11 - OPERAÇÕES INDEXADAS ÀS VARIAÇÕES DO IGP-M

Em R\$ milhões

Operações Refinanciadas com o Governo Federal	2014	2015	2016
Saldos em 31.12	405	479	522
Receitas do exercício	57	91	91

O Banco administra o risco cambial mantendo sua exposição cambial limitada a valores residuais, obedecendo rigorosamente ao percentual estabelecido normativamente pelo Banco Central e pela Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco.

O descasamento cambial, marcado a mercado, é apurado diariamente e apresenta os valores do quadro abaixo. A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

QUADRO 12 – EXPOSIÇÕES CAMBIAIS Em R\$ mil

Especificação	31.12.2016	31.12.2015	Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades	56.911	58.426	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	635	Relações Interdependências	7.170	12.331
Operações de Crédito	734.445	1.033.285	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	76.062	101.491
Outros Créditos	672.061	1.040.756	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.760.411	2.284.406
			Outras Obrigações	640.391	1.004.859
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.463.417	2.133.102	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.484.034	3.403.087
Operações de Swap	995.147	1.202.823			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.458.564	3.335.925	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.484.034	3.403.087

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
- c. eventos ou operações não usuais

O Banco do Nordeste do Brasil S/A não tem previsão de introdução ou alienação de segmento operacional; constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

O Banco possui contratos de dívida subordinada com o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, classificada como Patrimônio de Referência Nível II, na categoria de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital, conforme Resolução CMN Nº 3.444, de 28.02.2007 e autorização do Banco Central. Os contratos têm prazo indeterminado e preveem que os recursos, enquanto não aplicados, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, e, quando aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, serão atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, conforme Artigo 9º-A da Lei 7.827, de 27.09.1989.

QUADRO 13 – DÍVIDAS SUBORDINADAS ELEGÍVEIS A CAPITAL

Especificação	Em R\$ mil		
	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.605.289	1.792.282	2.012.874
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	923.752	1.181.091	1.459.779
Recursos aplicados ⁽²⁾	681.537	611.191	553.095
TOTAL	1.605.289	1.792.282	2.012.874

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26 de novembro 2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000 milhão, já efetivamente integralizado. O referido contrato foi substituído por um novo contrato de novação e confissão de dívida firmado junto à União Federal, denominado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal. Na posição de 31.12.2016, o saldo é de R\$ 1.000,0 milhões.

QUADRO 14 – INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA/INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	Em R\$ mil		
				31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a	22.12.2010	1.356.540	1.501.176	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	-	-	1.000.000

10. 4. a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e pela Comissão de Valores Mobiliários, nos últimos 3 exercícios foram:

- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);

10.4.b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos das alterações em práticas contábeis.

10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, de 17 de fevereiro de 2016, sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, como também o Parecer de 13 de fevereiro de 2017, sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram emitidos sem ressalvas ou ênfases.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);

- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério "*pro rata temporis*".

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Os TVM estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores,

observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Diferido: contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008, e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 20% (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%, a partir de 01.09.2015 passa a ser de 20% até 31.12.2018, em conformidade com o estabelecido na MP nº 675 de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06.10.2015) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego e ajustes aos valores de mercado de TVM, de IFD, de item objeto de hedge.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, plano de assistência médica, do tipo “benefício definido” e seguro de vida em grupo, do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado divulgada pelo Bacen quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, quanto:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las;**
- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

I – Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste

A Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste (BNB) tem como pilares as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; elevado grau de compromisso de seus quadros em atuar com competência e com ampla transparência; estrutura organizacional que garante a segregação de funções e que possibilita adequada delegação de autoridade e atribuições; além das políticas e práticas de gestão de riscos. Os objetivos da Estrutura de Controles Internos no BNB são:

- a) manter os riscos inerentes aos processos, produtos, serviços e sistemas do Banco dentro dos limites compatíveis com as políticas de gestão de riscos vigentes;
- b) atestar a conformidade legal normativa dos processos, produtos, serviços e sistemas;
- c) monitorar o fluxo de informações para garantir a qualidade requerida pelo processo de tomada de decisão, de desenvolvimento das atividades internas, de acompanhamento dos resultados organizacionais, de fiscalização e de prestação de contas;
- d) contribuir para a melhoria do desempenho operacional das equipes de trabalho.

A Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, auxiliado pelo Comitê de Auditoria e pela Auditoria Interna, juntamente com o Conselho Fiscal, constituem a esfera superior da Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste. No plano diretivo, a Diretoria Colegiada é

o órgão gestor da Estrutura de Controles Internos, tendo o Diretor de Controle e Risco, como responsável perante a autoridade monetária nacional, pela gestão de riscos e de controles internos.

Os comitês de decisão e ou avaliação são componentes essenciais da estrutura de gestão de controles e riscos, especializados que são para diversas naturezas de assuntos: a) Comitês de Crédito da Direção Geral; b) Comitê Gestor da Unidade; c) Comitê de Despesas e de Investimentos; d) Comitê Disciplinar; e) Comitê Disciplinar Superior; f) Comitê de Gestão de Riscos; g) Comitê de Segurança Corporativa; h) Comitê de Tecnologia da Informação; i) Comitê dos Fundos de Desenvolvimento; j) Comitê de Editoração; l) Comitê Gestor do Programa de Ação; m) Comitê de Investimentos de Tesouraria; n) Comitê de Investimentos de Recursos de Terceiros; o) Comitê de Patrocínio; p) Comitê de Produtos e; q) Comitê de Publicidade e Propaganda.

Acrescenta-se aos diversos comitês especializados, a Comissão de Ética do Banco do Nordeste - que tem como atribuição promover o Código de Conduta Ética e de representar o cidadão (cliente) dentro do ambiente empresarial, inclusive mediando conflitos e atuando para a melhoria dos processos internos da empresa.

A segregação de funções também é aplicada com o intuito de atender aos princípios e boas práticas de governança corporativa e às exigências da regulação, sem prejuízo da integração dos processos, cabendo, nesse sentido, destacar que:

- a) a gestão dos recursos de terceiros encontra-se totalmente apartada das ações de gerenciamento dos recursos do Banco;
- b) as atividades de controle de operações de crédito são desenvolvidas em ambiente distinto e independente da área de negócios;
- c) as funções de avaliação de risco são segregadas daquelas afetas à concessão do crédito;
- d) a elaboração e renovação dos cadastros dos clientes, bem como a instrução das propostas de concessão e de renegociação de créditos são apartadas da área de negócios;
- e) as atividades de tesouraria do Banco estão separadas das atividades de gestão de Fundos de Investimento; e
- f) as atividades de criação de modelos e métodos para gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional estão separadas das atividades de gestão dos negócios.

Nesse cenário, destacamos, ainda, a existência de estruturas operacionais que dão o suporte necessário para o fortalecimento da Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste, dentre as quais citamos: Centrais de Crédito; Central de Cadastro e Centrais Regionais de Controles Internos.

As atividades de controladoria e de contabilidade também estão segregadas, possibilitando melhor definição quanto ao exercício das funções de controladoria, planejamento tributário e orçamento, bem como melhor adequação das atividades referentes à gestão contábil-financeira dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Integra, ainda, a Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste (BNB) o conjunto de normas e procedimentos - documentados - que servem à formalização de decisões e atos administrativos e/ou orientação para a execução das atividades nos diferentes níveis da organização e que estão disponíveis ao amplo acesso dos empregados e colaboradores internos. Também é relevante citar a Política que contempla as orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, do Controle Interno e da Segurança Corporativa, disponível na Intranet para todos os colaboradores do BNB.

Ainda podemos citar como ações adotadas pela alta administração do Banco do Nordeste no sentido de orientar e monitorar a direção estratégica com abordagem na adequada gestão de riscos:

- I. Compatibilização das decisões e das atividades desenvolvidas com a legislação vigente que trate, direta ou indiretamente, da missão ou atribuições da instituição, com as orientações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, com o Estatuto Social e com o Código de Conduta Ética do Banco;
- II. Subordinação das decisões, dos processos operacionais e das ações desenvolvidas às boas práticas de governança corporativa, para resguardar a instituição de riscos incompatíveis com os respectivos ganhos ou vantagens advindas;
- III. Garantia do acesso às informações sobre decisões tomadas no âmbito dos colegiados, às razões que as subsidiam e às ações subsequentes à implementação, aos órgãos reguladores, fiscalizadores e de controle, aos acionistas e aos representantes da sociedade em geral;
- IV. Tratamento específico às informações de caráter estratégico-empresarial definidas pela Diretoria do Banco e as caracterizadas como de sigilo bancário;
- V. Observância, na definição das atividades, da segregação de funções, de modo a evitar situações de conflito de interesse e permitir eficiente planejamento, execução e controle, que assegure estrita aderência às normas operacionais, de crédito, tesouraria, gestão de recursos de terceiros, controles internos e segurança corporativa;
- VI. Contratações de obra ou serviço, bem como a compra de imóveis, materiais, móveis e equipamentos, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade, em estrito atendimento à Lei de Licitações e à legislação em vigor aplicável;

O Banco do Nordeste também diferencia-se das demais instituições financeiras do País pela missão que tem a cumprir: atuar como Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste. Para isso, entende ser fundamental difundir seus princípios de integridade, ética e de transparência entre nossos clientes, fornecedores, parceiros e demais públicos de relacionamento.

O Banco do Nordeste, como entidade gestora de recursos públicos, tem também o compromisso com a sociedade de pautar a sua atuação no mercado de forma social e ambientalmente responsável, evitando a ocorrência de fraude e corrupção. Para isso, o BNB desenvolve ações de Integridade e Ética, que funcionam como instrumentos da boa governança, envolvendo: postura ética, prática vigilante dos controles internos, sustentabilidade, transparência e integridade da organização, de seus colaboradores e parceiros.

Com isso, a Política de Integridade e Ética do Banco do Nordeste foi elaborada com as seguintes premissas:

- i) Legislação nacional específica sobre prevenção e combate à corrupção e a outros atos lesivos contra a Administração Pública nacional e estrangeira;
- ii) Leis e Regulamentos aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional;
- iii) Guia de Integridade Pública disponibilizada pela Controladoria Geral da União.

Ao elaborar a Política Interna de Integridade e Ética, o Banco do Nordeste reforça o compromisso com a ética e a integridade junto ao seu corpo de empregados, às autoridades constituídas, aos seus clientes e com a sociedade em geral e contra a corrupção e outros atos lesivos à Instituição.

Como parte da Estrutura de Controles Internos o Ambiente de Gestão de Riscos atua no sentido de manter níveis de riscos adequados às estratégias e estrutura de capital do Banco, por meio da gestão de modelos e metodologias voltados à identificação e gerenciamento corporativo dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. O processo de gestão de riscos fundamenta-se na observação da legislação vigente, na adoção das boas práticas de mercado e no uso de metodologias definidas e documentadas, passíveis de serem testadas quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados. Nesse sentido, a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco do Nordeste é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição.

O Ambiente de Segurança Corporativa, por sua vez, define e monitora controles visando à mitigação de riscos inerentes aos processos relativos à Segurança da Informação, Bancária, Patrimonial e de Pessoas. Atua, ainda, no processo de identificação e tratamento de operações e situações suspeitas de "Lavagem" de Dinheiro, em observância à Carta-Circular 3.461/09 do BACEN e demais legislação vigentes, enviando ao COAF-(Conselho de Controle de Atividades Financeira, as Comunicações Obrigatórias, bem como as Comunicações de Operações Suspeitas, através do gerenciamento do sistema de informações que trata da Prevenção à Lavagem de Dinheiro (Sircoi).

O Comitê de Segurança Corporativa (COSEG), Órgão deliberativo, com previsão normativa, tem como função básica deliberar e dar encaminhamentos das matérias relacionadas às disciplinas de Segurança e Prevenção à "Lavagem" de Dinheiro (PLD).

Quanto à resposta a incidentes de segurança, o Ambiente dispõe dos Grupos de Resposta a Incidentes de Segurança Bancária e Lógica que oferecem o tratamento adequado aos eventos que geram riscos operacionais e previnem as situações que comprometem o correto funcionamento dos recursos tecnológicos, a segurança dos colaboradores e ativos patrimoniais, assegurando dessa forma, a continuidade dos negócios nas unidades.

O conjunto de políticas e diretrizes anteriormente citadas orientam a empresa Banco do Nordeste pela busca da transparência com os acionistas, o mercado e a sociedade, pelo cumprimento das leis, normas e regulamentos do Sistema Financeiro Nacional e pela gestão institucional efetivada em modelos que garantam o cumprimento da missão, a continuidade da organização e a geração de resultados favoráveis e sustentáveis.

Diante do exposto, considera-se que a estrutura de Controles Internos do Banco oferece segurança à alta administração do BNB de que os objetivos relacionados à eficiência e à eficácia operacional, à confiabilidade das informações financeiras e operacionais, ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e à proteção dos ativos do Banco estão sendo atingidos, contemplando, as boas práticas e requisitos de Governança Corporativa adotados pelo mercado e indicados por órgãos reguladores e fiscalizadores.

Em 30 de junho de 2016, entrou em vigor a Lei 13.303/16 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No tocante aos Controles Internos, a citada Lei no seu art 6º determina que:

Art. 6º O estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, todos constantes desta Lei.

Diante disso, o Banco consolida suas normas visando ratificar o seu enquadramento conforme determina a Lei 13.303/16. Ressalte-se ainda que o prazo para a realização das adaptações constantes da Lei citada é de 24 meses após a sua publicação conforme dispõe o caput do art. 91 do dispositivo legal.

Art. 91. A empresa pública e a sociedade de economia mista constituídas anteriormente à vigência desta Lei deverão, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, promover as adaptações necessárias à adequação ao disposto nesta Lei.

10.7. Caso tenha sido feita oferta pública de distribuição de valores mobiliários:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens considerados relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., não havendo, portanto, itens relevantes a serem apresentados.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicados no item 10.8:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em decorrência da operação

Como informado no item 10.8 deste comentário, não existem itens relevantes a serem apresentados, e, como consequência, não há o que se comentar.

10. 10. Principais elementos do plano de negócios:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Dentro do que preceituam o Plano Estratégico Corporativo e o Plano Estratégico de TI, foram realizados vários projetos para criar condições de infraestrutura física e tecnológica com vistas ao crescimento dos negócios do banco, dos quais destacamos:

- *Data Mart* Rentabilidade de Clientes: a 1ª fase do projeto foi concluída, sendo o produto disponibilizado para as agências, que terão acesso a informações sobre a margem de contribuição proporcionada pelos produtos e clientes do BNB, com o propósito de identificar o perfil dos clientes do Banco e auxiliar nas ações negociais;
- Débito Direto Autorizado: disponibilização do serviço DDA (módulo sacado) aos clientes do Banco. O sistema irá prover maior comodidade com o recebimento da cobrança eletrônica na conta pela internet;
- Débito Automático para Convênios de Arrecadação: disponibilização do serviço de débito automático para pagamento de contas de arrecadações com empresas conveniadas;
- Automatização das Movimentações Financeiras: adequação do Sistema de Convênios (SICONV) às especificações do Ministério do Planejamento (MPOG), fornecendo a possibilidade de resgate de valores financeiros e encerramento de convênios;
- NEL Mobile 2.0: disponibilização de nova versão do Nordeste Eletrônico Mobile, contemplando o acesso por meio de *Windows Phone* e tornando a aplicação mais leve e ágil, trazendo significativos avanços de desempenho e usabilidade;
- Equalização de Encargos - Lei 10.696: automatizar o controle dos reembolsos devidos ao Banco por equalização, bônus de adimplência e rebates, atendendo a solicitações de informações por parte da STN (Secretaria do Tesouro Nacional);
- Sistema de Gestão da Inovação (*Hubine-Hub* Inovação Nordeste): construção do Portal da Inovação do Nordeste, contendo o fluxo do processo de gestão de ideias e projetos inovadores em âmbito interno (intranet) e externo (extranet);
- Proposta de Ajuste do Reembolso (PAR): operacionalização do acompanhamento gerencial do cliente, como etapa fundamental na administração de crédito, agilizando a adequação do reembolso das operações, pelo uso da Proposta de Ajuste do Reembolso – PAR, novo instrumento que se mostra mais adequado para tal.

No que se refere ao processo de modernização da infraestrutura de TI do Banco, destaca-se a implantação de solução de gerenciamento de capacidade e disponibilidade, que possibilitou melhoria na gestão dos recursos tecnológicos, com a monitoração e o planejamento da capacidade e disponibilidade de infraestrutura de TI, propiciando o crescimento das operações e atividades das áreas de negócio.

Outras ações e projetos de infraestrutura executados em 2016 que merecem destaque:

- Aquisição de Terminais de Caixa, visando à substituição de 1.180 equipamentos obsoletos ao longo do ano de 2017, impactando em ganhos de produtividade dos caixas das agências. Nesta contratação, foi adotada nova sistemática de aquisição de periféricos, a qual reduz o tempo de reposição, minimizando o impacto de defeitos em terminais de caixa;
- Renovação dos serviços de telefonia VoIP, *Contact Center* e Mesas de Operações Financeiras, cujos benefícios são a continuidade na redução dos custos com telefonia e a atualização tecnológica, possibilitando maior integração com os sistemas colaborativos já utilizados;
- Conclusão do Plano de Estabilização de Sistemas e Infraestrutura de TI (PESI), proporcionando ganhos na qualidade dos serviços ofertados aos clientes, com a elevação da estabilidade e da disponibilidade das soluções tecnológicas. Em específico, houve redução na

quantidade de incidentes e interrupções no processamento diário dos sistemas, em decorrência de maior efetividade da monitoração e automatização de rotinas manuais.

Foi iniciada, também em 2016, a Modernização dos *Data Centers* de processamento, com o objetivo de suportar o crescimento dos negócios planejados pelo Banco do Nordeste. Outra iniciativa desse ano, que continuará em 2017, trata da reestruturação da Plataforma do *Site Secundário* de processamento. Esta iniciativa visa mitigar os riscos de perdas e descontinuidade dos negócios, em caso de panes ou desastres de maiores proporções nas instalações do BNB.

Em 10 de Maio de 2016, a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) emitiu a resolução nº 11, a qual dispõe sobre o aprimoramento da Governança de TI nas empresas estatais federais. Tal Resolução disciplina novos Comitês de Tecnologia, bem como a identificação de riscos e controles dos processos de TI. Além disso, o modelo de Gestão de Projetos e Portfólios de TI foi revisto, a fim de otimizar o processo de priorização de projetos e a alocação dos recursos de Tecnologia. Essas adequações estão sendo especificadas e serão implantadas em 2017.

Outros projetos de sistemas aplicativos estarão em desenvolvimento, alguns iniciados em 2016, sendo que as entregas parciais possibilitam melhoria de processos, atendimento a determinações legais e incremento aos negócios do Banco. Dentre os projetos de maior envergadura, é possível destacar:

- Projeto Cartão FNE: liberação e controle das operações de cartão de crédito rotativo, o qual irá possibilitar a contratação e o desembolso de financiamento com recursos do FNE, por parte das empresas clientes, para aquisição de bens, insumos e matéria-prima junto a fornecedores credenciados pelo BNB. Embora ainda não finalizado, devido à expansão do escopo inicial, o projeto já efetuou algumas entregas importantes, viabilizando a operacionalização dos cartões FNE nos seguimentos MPE, grande empresa e agronegócio;
- Novo Crediamigo: implementação de evoluções funcionais ao sistema Crediamigo, possibilitando a modernização da *interface*, redução de custos e integrações com os sistemas do Banco, provendo, assim, maior controle gerencial. Em 2017, o projeto continuará em atendimento, passando a se chamar Crediamigo 3.0. Nessa nova versão, será dado salto de qualidade e eficiência na lógica de negócio atualmente operacional no Sistema S344 – Crediamigo Operacional, tornando-o aderente às demandas do ambiente de negócios e seus processos de concessão, administração e recuperação de crédito, vigentes e/ou em implantação prevista em curto prazo, tornando o produto mais competitivo no cenário atual do mercado de microfinanças;
- Novo Processo de Concessão de Crédito (NPCC): a solução tecnológica irá proporcionar melhorias no atual processo de concessão de crédito, com automatização de diversas etapas que irão possibilitar maior celeridade e melhor acompanhamento das atividades;
- Gerenciamento de Controle de Garantias: permitir o monitoramento das garantias oferecidas às operações de crédito do Banco, integrado a outros sistemas, de modo que a instituição possa conhecer a situação dessas garantias;
- Projeto Supervisão ACJ: atende à solicitação de Órgão de controle externo (Tribunal de Contas da União-TCU) e que trará como benefício aprimorar o monitoramento do fluxo do processo de Autorização de Cobrança Judicial (ACJ);
- Evolução do Sistema de Controles Internos: inclusão de produtos e processos e novas integrações com outros sistemas, para que se torne ferramenta única de Controles Internos, disponibilizando acesso a todos os envolvidos no processo, extinguindo a existência de ferramentas paralelas;
- Sistema de Gerenciamento da Cobrança Extrajudicial Terceirizada: ferramenta para viabilizar o controle e o tratamento das informações tramitadas entre o Banco do Nordeste (agente financeiro) e a Empresa Contratada, sobre as operações encaminhadas para cobrança extrajudicial via empresa terceirizada;

- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO): ferramenta para prover o controle das informações tramitadas entre o Banco do Nordeste (agente do PROAGRO) e o Banco Central do Brasil (administrador) sobre as operações garantidas pelo Programa administrado pelo BACEN.

Ainda como parte do processo de modernização de seus sistemas, o Banco do Nordeste está conduzindo o processo de implantação do software integrado de gestão empresarial, baseado em *ERP-Enterprise Resource Planning*, da Empresa SAP. Essa solução fornecerá apoio à gestão do Banco na operacionalização dos processos administrativos nos níveis operacional, tático e estratégico.

Por fim, o Banco do Nordeste realiza investimentos permanentes no desenvolvimento e melhoria de seus produtos e serviços, principalmente no tocante à tecnologia da informação.

- O Programa de Modernização de Agências do Banco do Nordeste está inserido na Ação “Manutenção da Infraestrutura de Atendimento” do Governo Federal. Em 2015 haviam sido elaborados projetos de modernização de 35 agências, mas apenas em setembro de 2016 é que a Diretoria Executiva autorizou o início da tramitação das propostas de licitação que visam a contratação das obras. Houve então necessidade de atualização de planilhas orçamentárias, cujos valores estavam defasados, o que só foi concluído em dezembro. Com isso os investimentos previstos no Programa de Dispêndios Globais – PDG destinados ao programa não foram efetivamente realizados. O programa prevê intervenções nos sistemas de instalações elétricas, iluminação, cabeamento estruturado, condicionamento de ar, segurança predial, instalações hidrossanitárias, acabamentos e revestimentos, coberta, áreas externas, fachadas, leiaute, mobiliário, comunicação visual e ambientação, caracterizando uma completa renovação das agências e promovendo também uma padronização visual das unidades e sua adequação ao Modelo de Agências. É o que tem sido definido pelo mercado como “Retrofit”, ou seja, adequação de instalações físicas antigas aos novos usos e tecnologias. Espera-se dar continuidade ao processo em 2017.
- Quanto à Manutenção e Adequação de Bens móveis, trata-se de uma ação que contempla a substituição do mobiliário obsoleto das agências e demais unidades do Banco, processo que ocorre parcialmente em paralelo com a modernização das instalações prediais. Contempla também a disponibilização e substituição de equipamentos tais como elevadores, plataformas elevatórias, grupos geradores, no breaks, estabilizadores e sistemas de ar condicionado. Nesse sentido foram adquiridos 775 aparelhos de ar condicionado do tipo “split” para modernização do parque de equipamentos em utilização nas diversas agências do Banco.
- Em 2016 foram realizadas diversas intervenções de pequeno, médio e grande porte, relacionadas à reforma parcial, execução e ajuste de leiautes, sistemas de suprimento de energia, rede estruturada e intervenções em sistemas de condicionamento de ar, contemplando aproximadamente 50 agências. Dentre as intervenções relacionadas ao atendimento de exigências legais, promoveu-se a instalação de divisórias e biombo de privacidade em diversas agências, bem como a instalação / atualização de sistemas de proteção contra incêndio em cerca de 30 unidades.
- Por fim, destacamos as intervenções realizadas no âmbito da ação “Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos”, a qual corresponde aos investimentos em móveis e equipamentos, segurança, veículos e comunicações para a Direção Geral. Ressaltamos, nesse quesito, a continuidade dos ajustes no leiaute da Direção Geral – CAPGV, resultantes de alterações na estrutura organizacional de vários órgãos, além da instalação do Hub de Inovação do Nordeste (em instalações provisórias), reforma das áreas de atendimento e da coberta do Restaurante do CAPGV, melhorias no Estacionamento 5 e instalação do sistema de arquivamento do tipo “pallets” no arquivo permanente.

- No ano de 2016, o Banco do Nordeste instalou 19 novas agências, conforme relação abaixo:

• UF	• Agência
• AL	• Arapiraca Jardim Tropical
• AL	• Maceió Jatiúca
• AL	• Viçosa
• BA	• Juazeiro Adolfo Viana
• BA	• Salvador Cajazeiras
• BA	• Salvador Liberdade
• CE	• Fortaleza Passaré
• CE	• Itapajé
• MG	• Araçuaí
• MG	• Bocaiúva
• MG	• Jaíba
• MG	• Nanuque
• PB	• Monteiro
• PE	• Ipojuca
• PE	• Paudalho
• PI	• Piracuruca
• PI	• Teresina Jóquei
• RN	• Goianinha
• RN	• Mossoró Nova Betânia

- Dentre as agências tradicionais, 8 unidades instaladas em imóveis alugados foram transferidas para prédios novos, a saber:

• UF	• Agência
• AL	• Santana do Ipanema
• BA	• Andaraí, Ilhéus, Ipiaú
• MG	• Teófilo Otoni
• PB	• Sumé
• PI	• Esperantina
• SE	• Neópolis

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2016 foram alienados 13 imóveis de propriedade do Banco, no valor total de R\$ 706.376,00. Tais imóveis eram bens não de uso próprio, (bens oriundos de processos de adjudicação, arrematação; busca e apreensão em alienação fiduciária e dação em pagamento) tendo sido alienados em licitações, nas modalidades Leilão ou Concorrência.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva

Como parte do processo de modernização de seus sistemas, o Banco do Nordeste adquiriu e encontra-se em processo de implantação o software integrado de gestão empresarial baseado em ERP-Enterprise Resource Planning, da empresa SAP. Essa solução fornecerá apoio à gestão do Banco na operacionalização dos processos administrativos nos níveis operacional, tático e estratégico.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

O Banco do Nordeste realiza investimentos permanentes no desenvolvimento e melhoria de seus produtos e serviços.

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens

Todos os fatos considerados relevantes ou que merecessem destaque foram anteriormente elencados e comentados.

Fortaleza, 25 de Janeiro de 2017.

DIRETORIA: Marcos Costa Holanda (Presidente) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor de Relações com Investidores) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Henrique Teixeira Moura (Diretor de Administração) – Nicola Moreira Miccione (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)